



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP – POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO COMANDO DE AVIAÇÃO OPERACIONAL – CAOP/CGAP/DIREX/PF

ANEXO I

TREINAMENTO INICIAL E RECORRENTE AERONAVE TIPO EMBRAER ERJ-175

1 Do Objeto:

Ação de Capacitação	Unidade	Quantidade
Treinamento Inicial Aeronave TIPO Embraer ERJ 175 (PIC/SIC)	Curso	Definida em Termo de Referência
Treinamento Recorrente Aeronave TIPO Embraer ERJ 175 (PIC/SIC)	Curso	Definida em Termo de Referência
Contratação de sessões (avulsas) adicionais simulador de voo Embraer 175	Sessão	Definida em Termo de Referência

**Termo de Referência poderá trazer detalhes ou inclusões/variações de itens quanto à ação de capacitação bem como em suas respectivas quantidades, mantendo-se o mesmo objeto.*

1.1 **Definição do Objeto:** Contratação de Centro de Treinamento de Aviação Civil (CTAC), ou Treinamento efetuado por fabricante do equipamento em consonância com PTO da CAOP conforme Regras especiais do RBAC 90 (90.153 item 3), assim definido e exigido pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) para prestação do serviço de TREINAMENTO INICIAL e RECORRENTE para a aeronave EMBRAER ERJ-175, conforme as seguintes condições, quantidades e exigências estabelecidas:

2 Requisitos Técnicos e Legais:

2.1 Treinamento Inicial e Recorrente para servidores policiais, que compreende a Instrução Teórica e Simulação Prática de Voo, referente à aeronave EMBRAER ERJ-175, de acordo com as exigências das Autoridades Aeronáuticas Brasileiras e conforme a Regulamentação Aeronáutica Brasileira (RBAC) específica.

2.2 A empresa contratada deverá:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP – POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO COMANDO DE AVIAÇÃO OPERACIONAL – CAOP/CGAP/DIREX/PF

- 2.2.1 possuir registro ou inscrição na Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, de forma a comprovar o seu vínculo com a atividade aeronáutica;
- 2.2.2 ser qualificada como CTAC - Centro de Treinamento de Aviação Civil apta para o fornecimento de treinamento da aeronave EMBRAER ERJ-175, ou fabricante do equipamento em consonância com as Regras especiais do RBAC 90 (90.153 item 3);
- 2.2.3 Estar incluída na “Lista de treinamento de tipo aprovado pela ANAC”, (<https://www.gov.br/anac/pt-br/assuntos/regulados/profissionais-da-aviacao-civil/perfis/pilotos/treinamento-de-tipo>) – Treinamento Inicial – Aviões, para a aeronave E175.
- 2.2.4 Apresentar comprovação de qualificação do simulador junto à ANAC quando da sua habilitação no processo licitatório;
- 2.2.5 Apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.
- 2.2.6 No caso de representante de empresa estrangeira, comprovar autorização da representada para a contratação dos serviços, através de procuração, emitida por órgão competente.
- 2.2.7 As horas técnicas de treinamento em simulador de voo deverão ser realizadas em equipamento no mínimo classe "D", referente ao modelo EMBRAER ERJ-175, com sistema de movimentação total (Flight Simulator, Full Motion, “D” Class), para que permita o total aproveitamento dos conhecimentos da aeronave, agilizando também o processo de renovação de Habilitação Técnica do Tipo pelos Pilotos.
- 2.2.8 Por se tratar de contratação de serviço na modalidade de curso, os servidores serão indicados pela Coordenação da CAOP/DIREX/PF.
- 2.2.9 Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP – POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO COMANDO DE AVIAÇÃO OPERACIONAL – CAOP/CGAP/DIREX/PF

- 2.2.9.1 *O serviço compreende curso com a carga horária mínima estabelecida conforme homologação do Centro de Treinamento na ANAC; ou Treinamento efetuado por fabricante do equipamento em consonância com PTO da CAOP conforme Regras especiais do RBAC 90 (90.153 item 3).*
- 2.2.10 *O curso deverá proporcionar os conhecimentos exigidos para a execução das atividades correspondentes à certificação, individualmente, conforme valor unitário contratado;*
- 2.3 Após cada fase do curso, deverá ser comprovado por meio de avaliação, a proficiência adquirida pelos participantes dos cursos e emitido o certificado de conclusão daquela fase específica (GroundSchool – currículo de solo) e simulador (currículo de voo);
- 2.4 A contratada deve possuir corpo docente de instrutores habilitados e com experiência tal que não comprometa a qualidade da instrução, tanto na fase teórica quanto na fase de simulador de voo;
- 2.5 É de responsabilidade da contratada os exames de proficiência exigidos pela ANAC para renovação da habilitação na função de Comandante – item 24 – ou na função de segundo em comando – item 23 – na aeronave ERJ-175. Devendo para tal fornecer examinador credenciado habilitado que deverá preencher a FAP (Ficha de Avaliação) conforme padrões estabelecidos pela ANAC;
- 2.6 O simulador deve ser realizado em simulador “Full Motion, classe “D”, qualificado e válido pela ANAC;
- 2.7 Os serviços deverão ser efetuados de acordo com as normas e padrões da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), bem como de toda legislação aplicável;
- 2.8 Todos os custos com relação às instalações onde serão ministrados o curso teórico e o simulador serão de inteira responsabilidade da Contratada;
- 2.9 Caso o curso ministrado seja em outro idioma que não o português, a tradução do curso para a língua portuguesa será de responsabilidade da Contratada, bem como a transmissão correta do conhecimento;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP – POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO COMANDO DE AVIAÇÃO OPERACIONAL – CAOP/CGAP/DIREX/PF

- 2.9.1 O custo do tradutor deverá vir discriminado na proposta de preço da licitante;
- 2.9.2 Caso o piloto ou grupo de pilotos opte por não ser assistido por tradutor, a contratante será avisada com antecedência e o custo relacionado ao serviço de tradução será glosado no pagamento da nota;
- 2.10 A Contratada deverá disponibilizar um examinador credenciado ANAC no equipamento ERJ175 e IFR (*"Instrument Flight Rules"*), para realização dos procedimentos de exame de proficiência realizados pelos pilotos no final do treinamento. O custo com esse procedimento é de responsabilidade da Contratada.
- 2.11 **Apresentar toda a documentação necessária à ANAC para a realização do exame de proficiência em simulador pelos pilotos, inclusive efetuar todos os pagamentos das taxas necessárias junto aos órgãos de controles nacionais e internacionais;**
- 2.12 **Assumir responsabilidade pelo pagamento de eventuais taxas exigidas pelo governo dos EUA no que se refere a cadastramento dos pilotos no TSA (Transportation Security Administration).**
- 2.13 Comprovar autorização da representada para a contratação dos serviços, através de procuração emitida por órgão competente, no caso de representante.
- 2.14 Quando os cursos teóricos (treinamento de solo – *groundschool*) e treinamento de voo em simulador de voo em questão forem homologados pela ANAC em empresa estrangeira sem filial ou escritório no Brasil mas que possua representante oficial no território nacional, tal representante poderá subcontrata-la. Neste caso a empresa brasileira fornecerá os serviços de: assessoramento e agendamento dos cursos com a empresa estrangeira; desembaraço internacional; pagamento de taxas estrangeiras; impostos; entre outros;

3 Conteúdo Relacionado à Execução do Treinamento:

- 3.1 O serviço de Treinamento Recorrente para pilotos, referente à aeronave EMBRAER ERJ-175, compreende a execução de treinamento para a revalidação de Habilitação Técnica de COMANDANTE e/ou segundo em comando de tipo da aeronave E175, de acordo com o preconizado na parte 61.215 (b) do RBAC 61 Emenda 14 (revisão ANAC em 03/04/2023).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP – POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO COMANDO DE AVIAÇÃO OPERACIONAL – CAOP/CGAP/DIREX/PF

- 3.2 O treinamento recorrente deve ter homologação da ANAC e possuir o seguinte conteúdo, POR PILOTO:
- 3.2.1 Treinamento de Solo (groundschool), especializado na aeronave EMBRAER ERJ-175, aprovado e homologado pela ANAC;
- 3.2.2 Treinamento de integração aos sistemas da aeronave EMBRAER ERJ-175 (Systems Integration Training e/ou CPT – Cockpit Procedures Training);
- 3.2.3 Instrução sobre planejamento e avaliação de voo (briefing e debriefing);
- 3.2.4 Treinamento de voo em simulador (currículo de voo homologado), fullmotion, classe “D”, da aeronave EMBRAER ERJ-175;
- 3.2.4.1 *O treinamento em simulador quando efetuado por mais de um servidor deverá ser aproveitado tanto na função de “pilot flying (left seat pilot)” quanto “pilot monitoring (right seat pilot)” (em Flight Simulator, Full Motion, “D” class).*
- 3.3 Sessão de simulador (Flight Simulator, Full Motion, “D” class) da aeronave EMBRAER ERJ175 para efetivação de voo de exame de proficiência, cheque de pilotos a ser efetuado por examinador credenciado da contratada junto à ANAC ou inspetor da ANAC;
- 3.4 Sessões Práticas adicionais em simulador deverá ser acompanhado de instrutor do simulador a fim de reforçar pontos de melhorias identificados nas sessão regulares e preparar o piloto para o teste de proficiência.
- 3.5 O quantitativo de horas estabelecido para cada item de treinamento acima descrito deve respeitar os mínimos determinados na homologação do centro de treinamento para o equipamento contratado na função de Comandante ou segundo em comando;
- 3.6 O treinamento inicial e recorrente de tipo E175 deve ser realizado inteiramente em Centro de Treinamento de Aviação Civil (CTAC), aprovado e homologado pela ANAC como tal, cujo curso deve estar incluído na “LISTA DE TREINAMENTOS DE TIPO APROVADOS PELA ANAC” (<https://www.gov.br/anac/pt-br/assuntos/regulados/profissionais-da-aviacao-civil/perfis/pilotos/treinamento-de-tipo>) emitido mensalmente e publicado no site da ANAC, quando da data de sua habilitação para a participação do certame licitatório.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP – POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO COMANDO DE AVIAÇÃO OPERACIONAL – CAOP/CGAP/DIREX/PF

- 3.7 As especificações descritas no Termo de Referência atendem aos requisitos de homologação exigidos pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), conforme disposto na sub-parte 61.215 (b) do regulamento RBAC 61, que determina que o treinamento para revalidação da habilitação de tipo (ERJ-175) seja realizado em Centro de Treinamento de Aviação Civil (CTAC) devidamente aprovado e homologado por aquele órgão. Diante disso, as únicas empresas com condição de participar do referido certame, são as empresas constantes no rol de homologação daquela Agência, ou ainda, o fabricante da aeronave conforme Regras especiais do RBAC 90 (90.153 item 3).
- 3.8 O curso teórico, o treinamento de integração aos sistemas, a instrução sobre planejamento, a avaliação de voo e o treinamento em simulador de voo deverão ser executados com carga horária que não exceda 08 (oito) horas diárias;
- 3.9 Os prazos previstos para execução dos serviços poderão ser aumentados, com a concordância da CAOP/PF, nos casos supervenientes e de força maior, desde que devidamente justificado pela empresa;
- 3.10 Os voos de simulador deverão ser acompanhados com instrutor homologado no equipamento contratado.
- 3.11 A execução dos serviços será iniciada tão logo se julgue oportuno pela Administração, sendo observados como critérios a data de vencimento das habilitações dos pilotos componentes dos quadros da Coordenação de Aviação Operacional.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP – POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO COMANDO DE AVIAÇÃO OPERACIONAL – CAOP/CGAP/DIREX/PF

ANEXO II

CONTRATAÇÃO DE INSTRUTOR DE VOO DA AERONAVE EMBRAER ERJ-175

1 Do Objeto:

Ação de Capacitação	Unidade	Quantidade
Contratação de Instrutor de voo para aeronave Embraer 175	dia	Definida em Termo de Referência

**Termo de Referência poderá trazer detalhes ou inclusões/variações de itens quanto à ação de capacitação bem como em suas respectivas quantidades, mantendo-se o mesmo objeto.*

- 1.1 **Definição do Objeto:** Contratação de instrutor de voo de aeronaves Embraer 175 por pelo prazo previsto em Termo de Referência (dias não consecutivos), para apoiar a Polícia Federal nas missões de instrução, readaptações, elevação de nível, e outros treinamentos no escopo do PTO, durante voos regulares das aeronaves EMB-175.
- 1.2 Tal contratação faz-se necessária em virtude da recente aquisição da Polícia Federal no tocante as aeronaves E175 e não ter ainda piloto com os requisitos mínimos necessários para ser elevado a função de Instrutor na referida aeronave, haja vista ser necessário como um dos requisitos o mínimo de 500 horas de voo em comando na respectiva aeronave a fim de serem habilitados como instrutores de voo. Mas ainda, a fim de manter a operacionalidade dos pilotos que já compõe o quadro de operadores do E175, PIC/SIC, como readaptações, treinamentos periódicos, etc, faz se necessário a presença de um instrutor de voo devidamente habilitado.
- 1.3 Diante disto, fica claro a impossibilidade da Polícia Federal , por qualquer dos meios, fornecer um treinamento desse porte aos pilotos da CAOP a fim de manter a operacionalidade, bem como propiciar a elevação de nível naturais conforme cada piloto forem atingindo suas marcas necessárias à elevação.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP – POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO COMANDO DE AVIAÇÃO OPERACIONAL – CAOP/CGAP/DIREX/PF

2 Requisitos Técnicos e Legais:

- 2.1 O objeto de contratação compreende a prestação de serviço de contratação de horas de voo de instrutor de voo de aeronaves Embraer 175 para treinamento em rota, sendo realizados com aproveitamento de missão conforme especificado no Programa de Treinamento Operacional- PTO da CAOP vigente e RBAC 90.
- 2.2 Treinamento para servidores policiais, que compreende a Instrução Teórica e treinamento em voo, referente à aeronave EMBRAER ERJ-175, de acordo com as exigências das Autoridades Aeronáuticas Brasileiras e conforme a Regulamentação Aeronáutica Brasileira (RBAC) específica.
- 2.3 A RBAC 90 estabelece os requisitos para operações Especiais de Aviação Pública.
- 2.4 Dentre os requisitos a Subparte L estabelece o Programa de Treinamento da Unidade de Aviação Pública e a Subparte M estabelece os treinamentos para Pilotos.
- 2.5 O programa de treinamento conforme item 90.151 (b) (1) da RBAC 90 diz: “elaborar e implantar um programa de treinamento, segundo este Regulamento, para o desempenho de funções na UAP e outras disposições afins;
- 2.6 Baseado nos treinamentos estabelecidos na Subparte M da RBAC 90 a CAOP implementa seus treinamentos através do Programa de Treinamento Operacional aprovado pela ANAC através do Ofício nº 4117/2021/GTCE/GOAG/SPO-ANAC;
- 2.7 A Seção B do PTO descreve os treinamentos, sendo que, para o Embraer 175, é requerido instrutores de voo nos itens relativos a currículo de voo de treinamento inicial, convalidação em rota e requalificação.
- 2.8 O RBAC 90 define também regras especiais para instrutores:
 - 2.8.1 90.153 Regras especiais
 - 2.8.2 (a) Além das UAP, as seguintes entidades estão aptas a realizar os treinamentos, exames teóricos e práticos previstos neste Regulamento:
 - 2.8.3 (1) CTAC certificados conforme o RBAC nº 142;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP – POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO COMANDO DE AVIAÇÃO OPERACIONAL – CAOP/CGAP/DIREX/PF

- 2.8.4 (2) CIAC certificados conforme o RBAC nº 141; (Redação dada pela Resolução nº 695, de 09.11.2022)
- 2.8.5 (3) o fabricante da aeronave;
- 2.8.6 (4) a UAP internacional; ou
- 2.8.7 (5) as Forças Armadas ou autoridade de investigação SIPAER.”

2.9 A empresa contratada deverá:

- 2.9.1 possuir registro ou inscrição na Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, de forma a comprovar o seu vínculo com a atividade aeronáutica;
- 2.9.2 ser qualificada como CTAC - Centro de Treinamento de Aviação Civil apta para o fornecimento de treinamento da aeronave EMBRAER ERJ-175, ou fabricante do equipamento em consonância com as Regras especiais do RBAC 90 (90.153 item 3);
- 2.9.3 Apresentar comprovação de qualificação dos instrutores como: habilitações de tipo, experiência de voo e como instrutores no equipamento;
- 2.9.4 O instrutor de voo designado deverá atender os requisitos do item 6.3 do Programa de Treinamento Operacional da CAOP;
- 2.9.5 Apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.
- 2.9.6 No caso de representante de empresa estrangeira, comprovar autorização da representada para a contratação dos serviços, através de procuração, emitida por órgão competente.
- 2.9.7 Os serviços deverão ser efetuados de acordo com as normas e padrões da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), bem como de toda legislação aplicável e o Programa de Treinamento da CAOP;
- 2.9.8 Comprovar autorização da representada para a contratação dos serviços, através de procuração emitida por órgão competente, no caso de representante.

3 Conteúdo Relacionado à Execução do Treinamento:

- 3.1 Executar instruções de voo dos pilotos da CAOP na aeronave Embraer 175 em consonância com o SOP (Standard Operating Procedures) e PTO (Programa de Treinamento Operacional) da CAOP;
- 3.2 Os treinamentos visam a convalidação em rota, requalificação de pilotos e formação inicial de pilotos e instrutores para a aeronave EMBRAER ERJ-175, bem como situações excepcionais como voos internacionais não rotineiras às atividades da unidade que requeiram suporte de pilotos com experiência em tal evento.

*Aeroporto Internacional de Brasília - Setor de Hangares – LT13/14 – Lago Sul – Brasília-DF,
70037-900 – (61) 2024-9540*



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP – POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO COMANDO DE AVIAÇÃO OPERACIONAL – CAOP/CGAP/DIREX/PF

- 3.3 As especificações descritas no Termo de Referência atendem aos requisitos de homologação exigidos pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), conforme disposto na sub-parte L 90.151 (b) (1) do regulamento RBAC 90, que determina elaborar e implantar um programa de treinamento, segundo este Regulamento, para o desempenho de funções na UAP e outras disposições afins; que o fabricante da aeronave, conforme Regras especiais do RBAC 90 (90.153 item 3), poderá ministrar os treinamentos, sendo, neste caso, o único operador de Embraer 175 no Brasil;
- 3.4 Os prazos previstos para execução dos serviços poderão ser aumentados, com a concordância da CAOP/PF, nos casos supervenientes e de força maior, desde que devidamente justificado pela empresa;
- 3.5 Todos os custos com relação a deslocamento, alimentação e instalações onde estará pernando as aeronaves da CAOP serão de inteira responsabilidade da Contratada em viagens nacionais e internacionais;
- 3.6 A execução dos serviços será iniciada tão logo se julgue oportuno pela Administração da Coordenação de Aviação Operacional, sendo observados como critérios necessidade de formação, requalificação de pilotos e missões distintas que necessitem de instrutores experientes
- 3.7 O acionamento dos instrutores será formalizado por períodos de 15 dias sendo que períodos diferentes destes poderão ser alterados em comum acordo entre as partes visando o melhor aproveitamento dos dias de instrução;
- 3.8 O pagamento dos serviços serão efetuados proporcionalmente aos dias de disponibilidade de instrutores, com o mínimo de 30 dias de disponibilidade, poderão ser realizados os pagamentos parciais por execução do serviço.
- 3.9 Sendo assim, a contratação dos serviços se faz necessárias para garantir a continuidade, tanto na operação quanto na formação dos pilotos da aeronave E175 da Polícia Federal, sendo de suma importância para realizar a instrução de pilotos e assim cumprir com excelência sua função constitucional.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP – POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO COMANDO DE AVIAÇÃO OPERACIONAL – CAOP/CGAP/DIREX/PF

4 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 4.1 Os serviços serão realizados nas dependências da CONTRATADA, de acordo com a necessidade da Polícia Federal;
- 4.2 Os dias a serem disponibilizados poderão ser realizados em qualquer dia da semana ou durante os fins de semana, conforme quadro horário a ser acordado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA;
- 4.3 A CONTRATADA deverá executar o serviço utilizando-se dos materiais e equipamentos necessários à perfeita execução dos serviços a serem prestados, conforme Programa de Treinamento Operacional (PTO), devidamente homologado pela ANAC;
- 4.4 A CONTRATADA deverá prestar o serviço de formação de todos os Pilotos indicados pela PF independente das funções a serem desempenhadas, PIC/SIC, em treinamentos de voo em rota;
- 4.5 O Treinamento do Voo em Rota não estará restrito ao território nacional. A instrução aérea poderá ocorrer durante o dia ou à noite, fins de semanas e feriados.
- 4.6 A instrução aérea será nas aeronaves da Polícia Federal E175, conforme previsto na descrição da contratação. Os equipamentos mínimos exigidos são aqueles que garantem a aeronavegabilidade da aeronave, previstos em manual específico do fabricante;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP – POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO COMANDO DE AVIAÇÃO OPERACIONAL – CAOP/CGAP/DIREX/PF

ANEXO III

TREINAMENTO INICIAL E RECORRENTE AERONAVE TIPO KING AIR 350i *proline21*

1 Do Objeto:

Ação de Capacitação	Unidade	Quantidade
Treinamento <i>Inicial</i> Aeronave TIPO King Air 350i Proline21 (PIC/SIC)	Curso	Definida em Termo de Referência
Treinamento <i>Recorrente</i> Aeronave TIPO King Air 350i Proline21 (PIC/SIC)	Curso	Definida em Termo de Referência
Contratação de sessões (avulsas) adicionais simulador de voo King Air 350i proline21	Sessão	Definida em Termo de Referência

**Termo de Referência poderá trazer detalhes ou inclusões/variações de itens quanto à ação de capacitação bem como em suas respectivas quantidades, mantendo-se o mesmo objeto.*

- 1.1 **Definição do Objeto:** Contratação de Centro de Treinamento de Aviação Civil (CTAC), ou Treinamento efetuado por fabricante do equipamento em consonância com PTO da CAOP conforme Regras especiais do RBAC 90 (90.153 item 3), assim definido e exigido pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) para prestação do serviço de TREINAMENTO INICIAL e RECORRENTE para a aeronave Aeronave TIPO KING AIR 350i ***PROLINE 21*** (PIC/SIC), conforme as seguintes condições, quantidades e exigências estabelecidas em Termo de Referência próprio:

2 Requisitos Técnicos e Legais:

- 2.1 Treinamento Inicial e Recorrente para servidores policiais, que compreende a Instrução Teórica e Simulação Prática de Voo, referente à aeronave KING AIR 350i (PIC/SIC), de acordo com as exigências das Autoridades Aeronáuticas Brasileiras e conforme a Regulamentação Aeronáutica Brasileira (RBAC) específica.
- 2.2 A empresa contratada deverá:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP – POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO COMANDO DE AVIAÇÃO OPERACIONAL – CAOP/CGAP/DIREX/PF

- 2.2.1 possuir registro ou inscrição na Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, de forma a comprovar o seu vínculo com a atividade aeronáutica;
- 2.2.2 ser qualificada como CTAC - Centro de Treinamento de Aviação Civil apta para o fornecimento de treinamento da aeronave KING AIR 350I **PROLINE 21** (PIC/SIC), ou fabricante do equipamento em consonância com as Regras especiais do RBAC 90 (90.153 item 3);
- 2.2.3 Estar incluída na “Lista de treinamento de tipo aprovado pela ANAC”, (<https://www.gov.br/anac/pt-br/assuntos/regulados/profissionais-da-aviacao-civil/perfis/pilotos/treinamento-de-tipo>) – Treinamento Inicial – Aviões, para a aeronave KING AIR 350I (PIC/SIC).
- 2.2.4 Apresentar comprovação de qualificação do simulador junto à ANAC quando da sua habilitação no processo licitatório;
- 2.2.5 Apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.
- 2.2.6 **Oferecer os cursos teóricos (Treinamento de solo – GroundSchool) e treinamento de voo em simulador de voo (Full Motion, Flight Simulator) devem estar qualificados junto à ANAC para a aeronave KING AIR 350I PROLINE 21 (PIC/SIC).**
- 2.2.7 No caso de representante de empresa estrangeira, comprovar autorização da representada para a contratação dos serviços, através de procuração, emitida por órgão competente.
- 2.3 As horas técnicas de treinamento em simulador de voo deverão ser realizadas em equipamento no mínimo classe "D", referente ao modelo KING AIR 350I **PROLINE 21** (PIC/SIC), com sistema de movimentação total (Flight Simulator, Full Motion, “D” Class), para que permita o total aproveitamento dos conhecimentos da aeronave, agilizando também o processo de renovação de Habilitação Técnica do Tipo pelos Pilotos.
- 2.4 Por se tratar de contratação de serviço na modalidade de curso, os servidores serão indicados pela Coordenação da CAOP/DIREX/PF.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP – POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO COMANDO DE AVIAÇÃO OPERACIONAL – CAOP/CGAP/DIREX/PF

- 2.5 Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:
- 2.5.1 O serviço compreende curso com a carga horária mínima estabelecida conforme homologação do Centro de Treinamento na ANAC; ou Treinamento efetuado por fabricante do equipamento em consonância com PTO da CAOP conforme Regras especiais do RBAC 90 (90.153 item 3).
- 2.5.2 O curso deverá proporcionar os conhecimentos exigidos para a execução das atividades correspondentes à certificação, individualmente, conforme valor unitário contratado;
- 2.6 Após cada fase do curso, deverá ser comprovado por meio de avaliação, a proficiência adquirida pelos participantes dos cursos e emitido o certificado de conclusão daquela fase específica (*GroundSchool* – currículo de solo e simulador (currículo de voo);
- 2.7 A contratada deve possuir corpo docente de instrutores habilitados e com experiência tal que não comprometa a qualidade da instrução, tanto na fase teórica quanto na fase de simulador de voo;
- 2.8 É de responsabilidade da contratada os exames de proficiência exigidos pela ANAC para renovação da habilitação na função de Comandante – item 24 – ou na função de segundo em comando – item 23 – na aeronave KING AIR 350I **PROLINE 21** (PIC/SIC). Devendo para tal fornecer examinador credenciado habilitado que deverá preencher a FAP (Ficha de Avaliação) conforme padrões estabelecidos pela ANAC;
- 2.9 O simulador deve ser realizado em simulador “*Full Motion*”, classe “D”, qualificado e válido pela ANAC;
- 2.10 Os serviços deverão ser efetuados de acordo com as normas e padrões da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), bem como de toda legislação aplicável;
- 2.11 Todos os custos com relação às instalações onde serão ministrados o curso teórico e o simulador serão de inteira responsabilidade da Contratada;
- 2.12 Caso o curso ministrado seja em outro idioma, a tradução do curso para a língua portuguesa será de responsabilidade da Contratada, bem como a transmissão correta do conhecimento;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP – POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO COMANDO DE AVIAÇÃO OPERACIONAL – CAOP/CGAP/DIREX/PF

- 2.12.1 O custo do tradutor deverá vir discriminado na proposta de preço da licitante; Caso o piloto ou grupo de pilotos opte por não ser assistido por tradutor, a contratante será avisada com antecedência e o custo relacionado ao serviço de tradução será glosado no pagamento da nota;
- 2.12.2 A Contratada deverá disponibilizar um examinador credenciado ANAC no equipamento KING AIR 350I (PIC/SIC) e IFR (“Instrument Flight Rules”), para realização dos procedimentos de exame de proficiência realizados pelos pilotos no final do treinamento. O custo com esse procedimento é de responsabilidade da Contratada.
- 2.12.3 Apresentar toda a documentação necessária à ANAC para a realização do exame de proficiência em simulador pelos pilotos, inclusive efetuar todos os pagamentos das taxas necessárias junto aos órgãos de controles nacionais e internacionais;**
- 2.12.4 Assumir responsabilidade pelo pagamento de eventuais taxas exigidas pelo governo dos EUA no que se refere a cadastramento dos pilotos no TSA (Transportation Security Administration).**
- 2.12.5 Comprovar autorização da representada para a contratação dos serviços, através de procuração emitida por órgão competente, no caso de representante.
- 2.13 Quando os cursos teóricos (treinamento de solo – *groundschool*) e treinamento de voo em simulador de voo em questão forem homologados pela ANAC em empresa estrangeira sem filial ou escritório no Brasil mas que possua representante oficial no território nacional, tal representante poderá subcontrata-la. Neste caso a empresa brasileira fornecerá os serviços de: assessoramento e agendamento dos cursos com a empresa estrangeira; desembaraço internacional; pagamento de taxas estrangeiras; impostos; entre outros;
- 2.14 Quando o treinamento de voo em simulador em questão forem praticados pela fabricante com o fornecimento de instrutores e utilizando de simuladores homologados pela ANAC, o simulador poderá ser objeto de subcontratação. Neste caso a empresa brasileira fornecerá os serviços de: assessoramento e agendamento dos simuladores com a empresa detentora do equipamento; desembaraço internacional se for o caso; pagamento de taxas estrangeiras; impostos; entre outros;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP – POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO COMANDO DE AVIAÇÃO OPERACIONAL – CAOP/CGAP/DIREX/PF

3 Conteúdo Relacionado à Execução do Treinamento:

- 3.1 O serviço de Treinamento inicial para Concessão de Habilitação Tipo e Recorrente para a manutenção ou restabelecimento de vigência de habilitação de tipo para pilotos, referente à aeronave KING AIR 350I (PIC/SIC), compreende a execução de treinamento para concessão ou revalidação de Habilitação Técnica de Piloto em Comando e/ou Segundo em Comando de tipo da aeronave KING AIR 350I (PIC/SIC), de acordo com o preconizado na parte 61.213 e 61.215 (b) do RBAC 61 Emenda 14 (revisão ANAC em 03/04/2023).
- 3.2 O treinamento inicial e recorrente deve ter homologação da ANAC e possuir o seguinte conteúdo, POR PILOTO:
 - 3.2.1 Treinamento de Solo (groundschool), especializado na aeronave KING AIR 350I (PIC/SIC), aprovado e homologado pela ANAC;
 - 3.2.2 Treinamento de integração aos sistemas da aeronave KING AIR 350I (PIC/SIC) (Systems Integration Training e/ou CPT – Cockpit Procedures Training);
 - 3.2.3 Instrução sobre planejamento e avaliação de voo (briefing e debriefing);
 - 3.2.4 Treinamento de voo em simulador (currículo de voo homologado), fullmotion, classe “D”, da aeronave KING AIR 350I (PIC/SIC);
 - 3.2.4.1 *O treinamento em simulador quando efetuado por mais de um servidor deverá ser aproveitado tanto na função de “pilot flying (left seat pilot)” quanto “pilot monitoring (right seat pilot)” (em Flight Simulator, Full Motion, “D” class).*
- 3.3 Sessão de simulador (Flight Simulator, Full Motion, “D” class) da aeronave KING AIR 350I (PIC/SIC) para efetivação de voo de exame de proficiência, cheque de pilotos a ser efetuado por examinador credenciado da contratada junto à ANAC ou inspetor da ANAC;
- 3.4 Treinamento de voo em simulador (currículo de voo homologado), fullmotion, classe “D”, da aeronave KING AIR 350I (PIC/SIC);
- 3.5 **Sessões Adicionais, se for o caso, serão contratadas conforme demanda dentro do Grupo específico e item em separado;**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP – POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO COMANDO DE AVIAÇÃO OPERACIONAL – CAOP/CGAP/DIREX/PF

- 3.6 O quantitativo de horas estabelecido para cada item de treinamento acima descrito deve respeitar os mínimos determinados na homologação do centro de treinamento para o equipamento contratado na função de Piloto em Comando ou Segundo em Comando;
- 3.7 Com relação ao item anterior, no caso de treinamento efetuado por fabricante, deverá ser respeitado o Programa de Treinamento Operacional da CAOP aprovado pela ANAC
- 3.8 O treinamento inicial e recorrente de tipo KING AIR 350I (PIC/SIC) deve ser realizado inteiramente em Centro de Treinamento de Aviação Civil (CTAC), aprovado e homologado pela ANAC como tal, cujo curso deve estar incluído na “LISTA DE TREINAMENTOS DE TIPO APROVADOS PELA ANAC” (<https://www.gov.br/anac/pt-br/assuntos/regulados/profissionais-da-aviacao-civil/perfis/pilotos/treinamento-de-tipo>) emitido mensalmente e publicado no site da ANAC, quando da data de sua habilitação para a participação do certame licitatório. Excetuado a previsão de regras especiais do RBAC 90 (90.153 item 3) que permite o curso ser efetuado por fabricante desde que o simulador seja homologado pela ANAC.
- 3.9 As especificações descritas no Termo de Referência atendem aos requisitos de homologação exigidos pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), conforme disposto na sub-parte 61.213 e 61.215 respectivamente do regulamento RBAC 61, que determina que o treinamento inicial e de revalidação da habilitação de tipo KING AIR 350I (PIC/SIC) seja realizado em Centro de Treinamento de Aviação Civil (CTAC) devidamente aprovado e homologado por aquele órgão. Diante disso, as únicas empresas com condição de participar do referido certame, são as empresas constantes no rol de homologação daquela Agência, ou ainda, o fabricante da aeronave conforme Regras especiais do RBAC 90 (90.153 item 3) em simulador homologado pela ANAC.
- 3.10 O curso teórico, o treinamento de integração aos sistemas, a instrução sobre planejamento, a avaliação de voo e o treinamento em simulador de voo deverão ser executados com carga horária que não exceda 08 (oito) horas diárias;
- 3.11 Os prazos previstos para execução dos serviços poderão ser aumentados, com a concordância da CAOP/PF, nos casos supervenientes e de força maior, desde que devidamente justificado pela empresa;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP – POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO COMANDO DE AVIAÇÃO OPERACIONAL – CAOP/CGAP/DIREX/PF

- 3.12 Os voos de simulador deverão ser acompanhados com instrutor homologado no equipamento contratado.
- 3.13 A execução dos serviços será iniciada tão logo se julgue oportuno pela Administração, sendo observados como critérios a data de vencimento das habilitações dos pilotos componentes dos quadros da Coordenação de Aviação Operacional.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP – POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO COMANDO DE AVIAÇÃO OPERACIONAL – CAOP/CGAP/DIREX/PF

ANEXO IV

TREINAMENTO INICIAL AERONAVE TIPO AW139

1 Do Objeto:

Ação de Capacitação	Unidade	Quantidade
Treinamento <i>Inicial</i> Aeronave TIPO AW-139	Curso	Definida em Termo de Referência

**Termo de Referência poderá trazer detalhes ou inclusões/variações de itens quanto à ação de capacitação bem como em suas respectivas quantidades, mantendo-se o mesmo objeto.*

- 1.1 **Definição do Objeto:** Contratação de empresa especializada no ramo aeronáutico para prestação do serviço de TREINAMENTO INICIAL EM SIMULADOR DE VOO, que compreende a Instrução Teórica e Simulação Prática de Voo, para pilotos policiais federais, referentes à aeronave AGUSTAWESTLAND modelo AW139, de acordo com as exigências das Autoridades Aeronáuticas Brasileiras e com a Regulamentação Aeronáutica Brasileira (RBAC).

2 Requisitos Técnicos e Legais:

- 2.1 A empresa contratada deverá:

- 2.1.1 Ministar o treinamento na língua portuguesa, caso não seja, a contratada providenciará um tradutor específico para esta língua, e o mesmo deverá, obrigatoriamente, ter experiência em traduções no ramo aeronáutico. Os custos do tradutor serão de inteira responsabilidade da empresa contratada;
- 2.1.1.1 O custo do tradutor deverá vir discriminado na proposta de preço da licitante;
- 2.1.1.2 Caso o piloto ou grupo de pilotos opte por não ser assistido por tradutor, a contratante será avisada com antecedência e o custo relacionado ao serviço de tradução será glosado no pagamento da nota;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP – POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO COMANDO DE AVIAÇÃO OPERACIONAL – CAOP/CGAP/DIREX/PF

- 2.1.2 Apresentar em até 15 (quinze) dias, a contar da publicação do contrato no Diário Oficial da União (DOU), o cronograma do curso contendo:
- 2.1.2.1 O local de fornecimento do serviço;
 - 2.1.2.2 o calendário de execução de cada instrução; a carga horária a ser utilizada;
 - 2.1.2.3 o conteúdo programático da instrução teórica a ser ministrada;
 - 2.1.2.4 o conteúdo das manobras a serem aplicadas em cada etapa do voo no simulador e a escala de voo a ser utilizada pelos pilotos em instrução;
- 2.1.3 Para cada voo no simulador efetuar duas sessões de comentários do instrutor com o aluno: uma anterior, prospectiva dos procedimentos e manobras a serem executadas e outra posterior à execução, retrospectiva, que visa debater as manobras efetivadas, denominadas respectivamente de Briefing e Debriefing;
- 2.1.1 Ao término de cada voo de treinamento no simulador gerar uma ficha de instrução discriminando as manobras realizadas e o parecer do instrutor sobre o desempenho do piloto;
- 2.1.2 Ao final do treinamento (teórico e prático), realizar o cheque/recheque necessário dos pilotos no simulador a fim de obterem a concessão/revalidação do Certificado de Habilitação Técnica de Tipo (CHT) no modelo AW139, conforme previsto na Emenda nº 13 ao Regulamento Brasileiro da Aviação Civil (RBAC) nº 61, Subparte K, parágrafo 61.213 e 61.215 de 1 de abril de 2020;
- 2.1.1 Ao final do treinamento (teórico e prático), realizar o cheque/recheque necessário dos pilotos no simulador a fim de obterem a concessão/revalidação do Certificado de Habilitação Técnica de Voo por Instrumentos (IFRH), conforme previsto na Emenda nº 13 ao Regulamento Brasileiro da Aviação Civil (RBAC) nº 61, Subparte L, parágrafo 61.223 e 61.225 de 1 de abril de 2020
- 2.2 Os cursos contratados deverão ser realizados em um período único e de forma contínua para cada aluno e preferencialmente deverá ser ministrado aos pares com dois alunos efetuando os voos em simulador como uma tripulação.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP – POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO COMANDO DE AVIAÇÃO OPERACIONAL – CAOP/CGAP/DIREX/PF

- 2.3 Possuir registro ou inscrição na Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, de forma a comprovar o seu vínculo com a atividade aeronáutica;
- 2.4 Ser qualificada como CTAC - Centro de Treinamento de Aviação Civil apta para o fornecimento de treinamento da aeronave AW139;
- 2.5 Estar incluída na “Lista de treinamento de tipo aprovado pela ANAC” – Treinamento Inicial e Recorrente – Helicópteros, para a aeronave A139 (<https://www.gov.br/anac/pt-br/assuntos/regulados/profissionais-da-aviacao-civil/perfis/pilotos/treinamento-de-tipo>).
- 2.6 Apresentar comprovação de qualificação do simulador junto à ANAC no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias após a publicação do extrato de contrato no DOU.
- 2.7 Apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.
- 2.8 Os cursos teóricos (Treinamento de solo – GroundSchool e “PBN”) e treinamento de voo em simulador de voo (FSTD (Flight Simulation Training Device) categoria FFS (Full Flight Simulator) nível "D") devem estar qualificados junto à ANAC para a aeronave AW139.
- 2.9 No caso de representante de empresa estrangeira, comprovar autorização da representada para a contratação dos serviços, através de procuração, emitida por órgão competente.
- 2.10 Os voos deverão ser realizados em simulador FSTD (Flight Simulation Training Device) categoria FFS (Full Flight Simulator) nível "D" em operadores com equipamentos qualificados pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC na data da contratação.
- 2.11 Possuir corpo docente de instrutores habilitados e com experiência tal que não comprometa a qualidade da instrução, tanto na fase teórica quanto na fase de simulador de voo;
- 2.12 Apresentar toda a documentação necessária à ANAC para a realização do exame de proficiência em simulador pelos pilotos, inclusive efetuar todos os pagamentos das taxas necessárias junto aos órgãos de controles nacionais e internacionais;**
- 2.13 Assumir responsabilidade pelo pagamento de eventuais taxas exigidas pelo governo dos EUA no que se refere a cadastramento dos pilotos no TSA (Transportation Security Administration);**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP – POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO COMANDO DE AVIAÇÃO OPERACIONAL – CAOP/CGAP/DIREX/PF

3 Conteúdo Relacionado à Execução do Treinamento:

- 3.1 Os voos deverão ser realizados em simulador FSTD (Flight Simulation Training Device) categoria FFS (Full Flight Simulator) nível "D" em operadores com equipamentos qualificados pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC na data da contratação.
- 3.2 O Programa de Treinamento Inicial e o Programa de Treinamento Recorrente em Simulador de Voo do helicóptero AW139 deverão estar em conformidade com o programa de treinamento descrito pelo fabricante do modelo, Agusta Westland (atualmente Leonardo Helicópteros), que constará de duas fases:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP – POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO COMANDO DE AVIAÇÃO OPERACIONAL – CAOP/CGAP/DIREX/PF

- 3.2.1 1ª FASE - Instrução de conhecimento teórico do helicóptero (Ground School)
- 3.2.1.1 Destinado a oferecer conhecimento teórico do helicóptero AW139 e deve conter cobertura abrangente sobre a descrição, funcionamento e operação dos sistemas do helicóptero, mencionando as suas características de operação, limitações e desempenho.
- 3.2.1.2 A instrução de conhecimento teórico do helicóptero (Ground School) deve abordar no mínimo, o conteúdo programático previsto no catálogo de cursos aprovado pelo Fabricante, Agusta Westland (atualmente Leonardo Helicópteros), ou outro que o substitua até a data da prestação do serviço.
- 3.2.1.3 A instrução de conhecimento teórico do helicóptero (Ground School) deve se encerrar com um teste de conhecimentos, referente à instrução ministrada, a fim de atender aos requisitos estabelecidos pela ANAC, conforme previsto no programa de treinamento aprovado do centro de treinamento.
- 3.2.1 2ª FASE - Treinamento prático de voo em simulador FFS (Full Flight Simulator)
- 3.2.1.1 O treinamento prático de voo deve ocorrer em simulador “Full Flight Simulator” qualificado pela ANAC. O treinamento se destinará a prover ao piloto as habilidades técnicas de manobras necessárias a operar o AW139 e todos os seus sistemas através da sua capacidade operativa de voo normal, responder com segurança as situações de emergência e mau funcionamento tanto em voo sob regras de voo visual (VFR) quanto em voo sob regras de voo por instrumentos (IFR).
- 3.2.1.2 Para cada piloto deve ser ministrado a carga horária de voo do conteúdo previsto no Programa de Treinamento Inicial e no Programa de Treinamento Recorrente de Tipo para Pilotos de AW139 aprovado pelo CTAC ou outro que o substitua até a data da prestação do serviço, conforme regulamentos abaixo:
- i. RBAC-61 <https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao/legislacao-1/rbha-e-rbac/rbac/rbac-61>
 - ii. RBAC-142 <https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao/legislacao-1/rbha-e-rbac/rbac/rbac-142>



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP – POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO COMANDO DE AVIAÇÃO OPERACIONAL – CAOP/CGAP/DIREX/PF

- iii. RBHA-90: <https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao/legislacao-1/rbha-e-rbac/rbac/rbac-90>
- iv. RBHA-91 <https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao/legislacao-1/rbha-e-rbac/rbac/rbac-91-emd-03>
- v. RBHA-141 <https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao/legislacao-1/rbha-e-rbac/rbac/rbac-141>

- 3.3 Ao final da instrução cada piloto deverá executar um voo de cheque/recheque de tipo e de habilitação IFR, momento no qual o piloto deverá demonstrar a habilidade necessária para a operação segura do helicóptero tanto sob regras de voo visual (VFR), quanto sob regras de voo por instrumentos (IFR) de até 02 (duas) horas, de acordo com o necessário para a realização do cheque/recheque, conforme a exigência da ANAC.
- 3.4 A Contratada deverá possuir autorização da ANAC para ministrar Programa de Treinamento Inicial em Simulador de voo, com fim da obtenção de Certificado de Habilitação Técnica de Tipo (CHT) inicial e/ou recorrente no helicóptero AW139 em formato diverso do apresentado neste item, bem como documentos que comprovem o atendimento das exigências previstas nos itens (a), (b) ou (c), (d) e (g) do parágrafo 142.25 do RBAC 142.
- 3.5 Todas as taxas e emolumentos necessários para os cheques/recheques dos pilotos e dos serviços do Inspetor de Aviação Civil da ANAC ou Examinador Credenciado, conforme a legislação pertinente, no caso do voo de recheque, devem estar incluídas no valor dos serviços contratados.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP – POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO COMANDO DE AVIAÇÃO OPERACIONAL – CAOP/CGAP/DIREX/PF

ANEXO V

TREINAMENTO PARA FORMAÇÃO DE INSTRUTOR DE VOO EM SIMULADOR AERONAVE TIPO AW-139

1 Do Objeto:

Ação de Capacitação	Unidade	Quantidade
Contratação de treinamento para instrutor de voo em FSTD para aeronave TIPO AW-139*	Curso	Definida em Termo de Referência

**Termo de Referência poderá trazer detalhes ou inclusões/variações de itens quanto à ação de capacitação bem como em suas respectivas quantidades, mantendo-se o mesmo objeto.*

- 2 **Objeto:** Contratação de treinamento para instrutor de voo em FFS – “Full Flight Simulator” ou *FSTD - *flight simulation training device* (dispositivo de treinamento para simulação de voo) da aeronave AW139 visando habilitar os instrutores da unidade nos termos da RBAC 90, item 90.29 (e) 3.

- 2.1 Tal contratação faz-se necessária em virtude do cumprimento dos itens 6, § 2º, 10.2, 11, 13, § 6, do PTO (Programa de Treinamento Operacional do AW139) e, em especial, o item 1.4.2.2. da Seção B do mesmo PTO, que transcrevemos a seguir :

“O treinamento será realizado em equipamento FFS – “Full Flight Simulator”, qualificado como Classe “D” e certificação válida pela ANAC. Como o CAOP não possui o equipamento, **será contratado horas de voo em simulador qualificado e homologado para o cumprimento dessa etapa. Caso não haja instrutores habilitados na unidade**, será contratado CTAC pela Polícia Federal para a realização dessa fase e em cumprimento ao currículo estabelecido neste capítulo. Para tal, será utilizado instrutor de simulador do próprio CTAC ou contratado pelo CTAC com as habilitações necessárias de acordo com regulamento da ANAC, que será responsável pela condução das seções de simulador e do correto preenchimento das fichas de instrução. O treinamento de voo em simulador de voo deverá ocorrer de forma contínua ao treinamento de solo. Treinamentos adicionais podem ser realizados pelo CAOP, utilizando inclusive a estrutura física, equipamentos, materiais didáticos e instrutores capacitados do CTAC.”

Diante disto, desde a aquisição da aeronave AW139, em observância e respeito as regras da ANAC aplicáveis, tem sido feita a contratação de CTAC (Centro de Treinamento de Aviação Civil), com curso homologado pela ANAC, para os cursos inerentes a habilitação dos pilotos desta

*Aeroporto Internacional de Brasília - Setor de Hangares – LT13/14 – Lago Sul – Brasília-DF,
70037-900 – (61) 2024-9540*



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP – POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO COMANDO DE AVIAÇÃO OPERACIONAL – CAOP/CGAP/DIREX/PF

aeronave, com custo de diárias e passagens apenas locais onde estes cursos estão homologados pela ANAC o que, na data de hoje, vem a ser apenas em escolas fora do Brasil. Desta feita, os custos tem sido mais elevados não sendo utilizado a possibilidade legalmente autorizada pelo PTO do CAOP e em concordância ao RBAC 90 da ANAC de utilizarmos instrutores treinados para manipulação e operação de FSTD, contratando apenas a hora deste simulador e reduzindo o custo da formação e requalificação de nossos pilotos.

3 Requisitos Técnicos e Legais

- 3.1 O objeto de contratação compreende a prestação de serviço de contratação de 20 horas de voo de treinamento de instrutor de voo de FFS, sendo realizados em simuladores da aeronave AW139 homologados pela ANAC, conforme especificado no Programa de Treinamento Operacional- PTO da CAOP vigente e RBAC 90.
- 3.2 Treinamento para servidores policiais, que compreende a Instrução Teórica, operação do sistema e treinamento em voo simulado, referente à aeronave AW139, de acordo com as exigências das Autoridades Aeronáuticas Brasileiras e conforme a Regulamentação Aeronáutica Brasileira (RBAC) específica.
- 3.3 A RBAC 90 estabelece os requisitos para operações Especiais de Aviação Pública.
- 3.4 Dentre os requisitos a Subparte L estabelece o Programa de Treinamento da Unidade de Aviação Pública e a Subparte M estabelece os treinamentos para Pilotos.
- 3.5 O programa de treinamento conforme item 90.151 (b) (1) da RBAC 90 diz: “elaborar e implantar um programa de treinamento, segundo este Regulamento, para o desempenho de funções na UAP e outras disposições afins;
- 3.6 Baseado nos treinamentos estabelecidos na Subparte M da RBAC 90 a CAOP implementa seus treinamentos através do Programa de Treinamento Operacional aprovado pela ANAC através do Ofício nº 4117/2021/GTCE/GOAG/SPO-ANAC;
- 3.7 A Seção B do PTO descreve os treinamentos, sendo que, para o Embraer 175, é requerido instrutores de voo nos itens relativos a currículo de voo de treinamento inicial, convalidação em rota e requalificação.
- 3.8 O RBAC 90 define também regras especiais para instrutores:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP – POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO COMANDO DE AVIAÇÃO OPERACIONAL – CAOP/CGAP/DIREX/PF

- 3.8.1 (a) Além das UAP, as seguintes entidades estão aptas a realizar os treinamentos, exames teóricos e práticos previstos neste Regulamento:
- 3.8.2 (1) CTAC certificados conforme o RBAC nº 142;
- 3.8.3 (2) CIAC certificados conforme o RBAC nº 141; (Redação dada pela Resolução nº 695, de 09.11.2022)
- 3.8.4 (3) o fabricante da aeronave;
- 3.8.5 (4) a UAP internacional; ou
- 3.8.6 (5) as Forças Armadas ou autoridade de investigação SIPAER.”
- 3.8.7 (d) São requisitos mínimos para exercício da função de instrutor de voo em aeronave
- 3.9 A empresa contratada deverá:
- 3.10 possuir registro ou inscrição na Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, de forma a comprovar o seu vínculo com a atividade aeronáutica;
- 3.11 ser qualificada como CTAC - Centro de Treinamento de Aviação Civil apta para o fornecimento de treinamento da aeronave EMBRAER ERJ-175, ou fabricante do equipamento em consonância com as Regras especiais do RBAC 90 (90.153 item 3);
- 3.12 Apresentar comprovação de qualificação dos instrutores como: habilitações de tipo, experiência de voo e como instrutores no equipamento;
- 3.13 O instrutor de voo designado deverá atender os requisitos do item 6.3 do Programa de Treinamento Operacional da CAOP;
- 3.14 Apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.
- 3.15 No caso de representante de empresa estrangeira, comprovar autorização da representada para a contratação dos serviços, através de procuração, emitida por órgão competente.
- 3.16 Os serviços deverão ser efetuados de acordo com as normas e padrões da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), bem como de toda legislação aplicável e o Programa de Treinamento da CAOP;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP – POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO COMANDO DE AVIAÇÃO OPERACIONAL – CAOP/CGAP/DIREX/PF

- 3.17 Comprovar autorização da representada para a contratação dos serviços, através de procuração emitida por órgão competente, no caso de representante.

4 Conteúdo relacionado à Execução do Treinamento

- 4.1 Executar instruções de voo dos pilotos da CAOP na aeronave Embraer 175 em consonância com o SOP (Standard Operating Procedures) e PTO (Programa de Treinamento Operacional) da CAOP;
- 4.2 A proposta presente visa a contratação de 10 (dez) horas a cada instrutor designado pelo CAOP, dentre as quais, deverá ser cumprido minimamente o seguinte conteúdo:
- 4.2.1 PRÉ-REQUISITO: Todos os instrutores que sejam designados para exercerem a função de operador de estação de instrutor em simulador (IOS);
- 4.2.2 OBJETIVO: Preparar instrutores para operar o simulador na estação de operação (IOS);
- 4.3 METODOLOGIA: Aula expositiva ou em EAD, com auxílio do manual da estação. E aula prática de aplicação na estação. O conteúdo prático pode ocorrer concomitantemente a uma missão de instrução de pilotos, o treinamento do instrutor será acompanhado por outro piloto designado pelo CAOP que fará papel de instruendo, inclusive na avaliação;
- 4.4 MATERIAL DIDÁTICO : Todo material didático deverá ser fornecido pela contratada;
- 4.5 TIPO DE AVALIAÇÃO: A avaliação será realizada na prática, em sessão de simulador. Pode ocorrer concomitantemente a uma missão de instrução de pilotos;
- 4.6 Conteúdo :

SEGMENTO DE CURRÍCULO TEÓRICO IOS	
CONTEÚDO	CARGA HORÁRIA
Configuração da estação Páginas de sistemas Configuração da aeronave Ambiente e cenários Reposicionamentos Configuração de situações anormais e de emergência Procedimentos de emergências no simulador, evacuação e rotas de fuga	02h
Configuração da estação Configuração da aeronave Definição de ambiente e cenários IFR, VFR, IMC e VMC	07h



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP – POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO COMANDO DE AVIAÇÃO OPERACIONAL – CAOP/CGAP/DIREX/PF

Reposicionamentos Configuração de situações anormais dos diversos sistemas Configuração de situações de emergência dos diversos sistemas Configuração de cenários de CFIT, incursão em pista e TCAS Procedimentos de emergências no simulador e evacuação	
Avaliação	1h

5 Modelo de Execução do Objeto

5.1 Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

- 5.1.1 Os serviços serão realizados nas dependências da CONTRATADA, de acordo com a necessidade da Polícia Federal, em simulador (FSTD) homologado pela ANAC;
- 5.1.2 Os dias a serem disponibilizados poderão ser realizados em qualquer dia da semana ou durante os fins de semana, conforme quadro horário a ser acordado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA;
- 5.1.3 A CONTRATADA deverá executar o serviço utilizando-se dos materiais e equipamentos necessários à perfeita execução dos serviços a serem prestados, conforme Programa de Treinamento Operacional (PTO), devidamente homologado pela ANAC;
- 5.1.4 A CONTRATADA deverá prestar o serviço de treinamento de todos os Pilotos indicados pela PF independente das funções a serem desempenhadas.
- 5.1.5 Todas as taxas e emolumentos, caso venham a ser necessários para os cheques/recheques dos pilotos e dos serviços do Inspetor de Aviação Civil da ANAC ou Examinador Credenciado, conforme a legislação pertinente, no caso do voo de recheque, devem estar incluídas no valor dos serviços contratados.

6 Da fiscalização efetiva do treinamento ministrado

- 6.1 Nos termos do termo de Referência, itens 14.1 a 14.3, será designado um fiscal a execução do contrato firmado que deverá garantir a eficiência e a efetividade do serviço a ser prestado:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP – POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO COMANDO DE AVIAÇÃO OPERACIONAL – CAOP/CGAP/DIREX/PF

- 6.1.1 colhendo as informações dos servidores designados para o treinamento;
- 6.1.2 Conferindo a certificação válida da ANAC ao simulador de voo utilizado para instrução (FSTD)
- 6.1.3 Conferindo a documentação que ateste as horas contratadas e a avaliação bem-sucedida de conhecimento dos instruídos



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP – POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO COMANDO DE AVIAÇÃO OPERACIONAL – CAOP/CGAP/DIREX/PF

ANEXO VI

TREINAMENTO INICIAL AERONAVE CESSNA GRAND CARAVAN C208B G600/G1000

1 Do Objeto:

Ação de Capacitação	Unidade	Quantidade
Treinamento Inicial em simulador Aeronave classe Grand Caravan C-208B (G600/G1000)	Curso	Definida em Termo de Referência

**Termo de Referência poderá trazer detalhes ou inclusões/variações de itens quanto à ação de capacitação bem como em suas respectivas quantidades, mantendo-se o mesmo objeto.*

- 1.1 **Definição do Objeto:** Contratação de empresa especializada para prestação do serviço de TREINAMENTO INICIAL em simulador para a função de Comandante, para servidores policiais federais na aeronave CESSNA GRAND CARAVAN 208B, compreendendo a Instrução Teórica e Simulação Prática de Voo, conforme as condições, quantidades e exigências estabelecidas em Termo de Referência específico.

2 Requisitos Técnicos e Legais:

- 2.1 A empresa contratada deverá:
- 2.1.1 possuir registro ou inscrição na Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, de forma a comprovar o seu vínculo com a atividade aeronáutica;
 - 2.1.2 Apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço;
 - 2.1.3 No caso de representante de empresa estrangeira, comprovar autorização da representada para a contratação dos serviços, através de procuração, emitida por órgão competente.
- 2.2 Por se tratar de contratação de serviço na modalidade de curso, os servidores serão indicados pela Coordenação da CAOP/CGAP/DIREX/PF.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP – POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO COMANDO DE AVIAÇÃO OPERACIONAL – CAOP/CGAP/DIREX/PF

- 2.3 O curso deverá proporcionar os conhecimentos exigidos para a execução das atividades correspondentes à qualificação técnica, individualmente, conforme valor unitário contratado;
- 2.4 Após cada fase do curso, deverá ser comprovado por meio de avaliação, a proficiência adquirida pelos participantes dos cursos e emitido o certificado de conclusão daquela fase específica (GroundSchool (currículo desolo), e simulador (currículo de voo));
- 2.5 A contratada deve possuir corpo docente de instrutores habilitados e com experiência tal que não comprometa a qualidade da instrução, tanto na fase teórica quanto na fase de simulador de voo;
- 2.6 Os serviços deverão ser efetuados de acordo com as normas e padrões da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), bem como de toda legislação aplicável;
- 2.7 Todos os custos com relação às instalações onde serão ministrados o curso teórico e o simulador serão de inteira responsabilidade da Contratada;
- 2.8 Comprovar autorização da representada para a contratação dos serviços, através de procuração emitida por órgão competente, no caso de representante.
- 2.9 Ministrar o treinamento na língua portuguesa, caso não seja, a contratada providenciará um tradutor específico para esta língua, e o mesmo deverá, obrigatoriamente, ter experiência em traduções no ramo aeronáutico. Os custos do tradutor serão de inteira responsabilidade da empresa contratada;
 - 2.9.1.1 O custo do tradutor deverá vir discriminado na proposta de preço da licitante;
 - 2.9.1.2 Caso o piloto ou grupo de pilotos opte por não ser assistido por tradutor, a contratante será avisada com antecedência e o custo relacionado ao serviço de tradução será glosado no pagamento da nota;
- 2.10 Apresentar em até 15 (quinze) dias, a contar da publicação do contrato no Diário Oficial da União (DOU), o cronograma do curso contendo:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP – POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO COMANDO DE AVIAÇÃO OPERACIONAL – CAOP/CGAP/DIREX/PF

- 2.10.1 O local de fornecimento do serviço;
- 2.10.2 o calendário de execução de cada instrução; a carga horária a ser utilizada;
- 2.10.3 o conteúdo programático da instrução teórica a ser ministrada;
- 2.10.4 o conteúdo das manobras a serem aplicadas em cada etapa do voo no simulador e a escala de voo a ser utilizada pelos pilotos em instrução;
- 2.11 Para cada voo no simulador efetuar duas sessões de comentários do instrutor com o aluno: uma anterior, prospectiva dos procedimentos e manobras a serem executadas e outra posterior à execução, retrospectiva, que visa debater as manobras efetivadas, denominadas respectivamente de Briefing e Debriefing;
- 2.12 Ao término de cada voo de treinamento no simulador gerar uma ficha de instrução discriminando as manobras realizadas e o parecer do instrutor sobre o desempenho do piloto;
- 2.13 Os cursos contratados deverão ser realizados em um período único e de forma contínua para cada aluno e preferencialmente deverá ser ministrado aos pares com dois alunos efetuando os voos em simulador como uma tripulação.
 - 2.13.1 Ser qualificada como CTAC - Centro de Treinamento de Aviação Civil apta para o fornecimento de treinamento da aeronave CESSNA GRAND CARAVAN 208B;
 - 2.13.2 Estar incluída na “Lista de treinamento de tipo aprovado pela ANAC” – Treinamento Inicial e Recorrente – Helicópteros, para a aeronave A139 (<https://www.gov.br/anac/pt-br/assuntos/regulados/profissionais-da-aviacao-civil/perfis/pilotos/treinamento-de-tipo>).
 - 2.13.3 Apresentar comprovação de qualificação do simulador junto à ANAC no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias após a publicação do extrato de contrato no DOU.
 - 2.13.1 Os cursos teóricos (Treinamento de solo – GroundSchool e “PBN”) e treinamento de voo em simulador de voo (FSTD (Flight Simulation Training Device) categoria FFS (Full Flight Simulator) nível "D") devem estar qualificados junto à ANAC para a aeronave C208B.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP – POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO COMANDO DE AVIAÇÃO OPERACIONAL – CAOP/CGAP/DIREX/PF

- 2.13.1 No caso de representante de empresa estrangeira, comprovar autorização da representada para a contratação dos serviços, através de procuração, emitida por órgão competente.
- 2.13.2 Os voos deverão ser realizados em simulador FSTD (Flight Simulation Training Device) categoria FFS (Full Flight Simulator) nível "D" em operadores com equipamentos qualificados pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC na data da contratação.
- 2.13.1 Possuir corpo docente de instrutores habilitados e com experiência tal que não comprometa a qualidade da instrução, tanto na fase teórica quanto na fase de simulador de voo;
- 2.13.1 *Apresentar toda a documentação necessária à ANAC para a realização do exame de proficiência em simulador pelos pilotos, inclusive efetuar todos os pagamentos das taxas necessárias junto aos órgãos de controles nacionais e internacionais;*
- 2.13.2 *Assumir responsabilidade pelo pagamento de eventuais taxas exigidas pelo governo dos EUA no que se refere a cadastramento dos pilotos no TSA (Transportation Security Administration);*

3 Conteúdo Relacionado à Execução do Treinamento:

- 3.1 Os voos deverão ser realizados em simulador FSTD (Flight Simulation Training Device) categoria FFS (Full Flight Simulator) nível "D" em operadores com equipamentos qualificados pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC na data da contratação.
- 3.1 O serviço de Treinamento para pilotos, referente à aeronave CESSNA GRAND CARAVAN C208B, compreende a execução de treinamento para a obtenção de Qualificação Técnica de COMANDANTE da aeronave com SISTEMA G600/G1000.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP – POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO COMANDO DE AVIAÇÃO OPERACIONAL – CAOP/CGAP/DIREX/PF

- 3.2 O treinamento deve ter homologação da ANAC e possuir o seguinte conteúdo, POR PILOTO:
- 3.2.1 Treinamento de Solo (groundschool), especializado na aeronave em questão;
 - 3.2.2 Treinamento de integração aos sistemas da aeronave (Systems Integration Training e/ou CPT – Cockpit Procedures Training);
 - 3.2.3 Instrução sobre planejamento e avaliação de voo (briefing e debriefing);
 - 3.2.4 Treinamento de voo em simulador da aeronave CESSNA GRAND CARAVAN C208B G600/G1000;
- 3.1 O conteúdo estabelecido para cada item de treinamento acima descrito deve respeitar os mínimos seguintes:
- 3.1.1 Ground School
 - 3.1.2 Systems Integration Training
 - 3.1.3 Briefing/Debriefing
 - 3.1.4 Simulador (Pilot Flying)
- 3.1 O curso teórico, o treinamento de integração aos sistemas, a instrução sobre planejamento, a avaliação de voo e o treinamento em simulador de voo deverão ser executados com carga horária que não exceda 08 (oito) horas diárias;
- 3.1 Os prazos previstos para execução dos serviços poderão ser aumentados, com a concordância da CAOP/PF, nos casos supervenientes e de força maior, desde que devidamente justificado pela empresa;
- 3.2 Os voos de simulador deverão ser acompanhados com instrutor homologado no equipamento contratado.
- 3.3 A execução dos serviços será iniciada tão logo se julgue oportuno pela Administração, sendo observados como critérios a data de vencimento das habilitações dos pilotos componentes dos quadros da Coordenação de Aviação Operacional.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP – POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO COMANDO DE AVIAÇÃO OPERACIONAL – CAOP/CGAP/DIREX/PF

3.4 Links para acesso aos Regulamentos Brasileiros de Aviação Civil e de Homologação Aeronáutica

- i. RBAC-61 <https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao/legislacao-1/rbha-e-rbac/rbac/rbac-61>
- ii. RBAC-142 <https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao/legislacao-1/rbha-e-rbac/rbac/rbac-142>
- iii. RBHA-90: <https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao/legislacao-1/rbha-e-rbac/rbac/rbac-90>
- iv. RBHA-91 <https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao/legislacao-1/rbha-e-rbac/rbac/rbac-91-emd-03>
- v. RBHA-141 <https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao/legislacao-1/rbha-e-rbac/rbac/rbac-141>

3.5 Todas as taxas e emolumentos necessários para os cheques/recheques dos pilotos e dos serviços do Inspetor de Aviação Civil da ANAC ou Examinador Credenciado, conforme a legislação pertinente, no caso do voo de recheque, devem estar incluídas no valor dos serviços contratados.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP – POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO COMANDO DE AVIAÇÃO OPERACIONAL – CAOP/CGAP/DIREX/PF

ANEXO VII

CURSO TEÓRICO DE INSTRUTOR DE AVIÃO E DE HELICÓPTERO – INVA E INVH (EAD)

1 Do Objeto:

Ação de Capacitação	Unidade	Quantidade
Curso teórico de instrutor de voo avião - INV-A (EAD)	Curso	Definida em Termo de Referência
Curso teórico de instrutor de helicóptero - INV-H (EAD)	Curso	Definida em Termo de Referência

**Termo de Referência poderá trazer detalhes ou inclusões/variações de itens quanto à ação de capacitação bem como em suas respectivas quantidades, mantendo-se o mesmo objeto.*

- 1.1 **Definição do Objeto:** Curso teórico de Instrutor de Voo de Avião (INVA) e Instrutor de Helicóptero (INVH), a ser ministrado na modalidade de Ensino à Distância (EaD), por Escola de Aviação acreditada junto à Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) para tal.

2 Requisitos Técnicos e Legais:

- 2.1 A empresa contratada deverá:
- 2.1.1 Possuir acreditação junto à Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC para ministrar a ação demandada.
 - 2.1.2 Atender aos dispositivos constantes no RBAC 141, Subparte C, naquilo que couber às instruções aqui definidas.
 - 2.1.3 Apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP – POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO COMANDO DE AVIAÇÃO OPERACIONAL – CAOP/CGAP/DIREX/PF

3 Conteúdo Relacionado à Execução do Treinamento:

- 3.1 A instrução deverá preparar o candidato ao exame teórico da ANAC ou aprovado pela ANAC, para a habilitação de instrutor de voo, atendendo ao dispositivo constante no RBAC 61, Subparte M, parágrafo 61.233, item (a)(2)(ii).
- 3.2 O treinamento de solo inicial para instrutores de voo deverá atender minimamente ao seguinte conteúdo (conforme RBAC 135.340, item c):
 - 3.2.1 atividades, funções e responsabilidades do instrutor de voo.
 - 3.2.2 os regulamentos e normas aplicáveis e as políticas e procedimentos do detentor do certificado.
 - 3.2.3 os métodos, procedimentos e técnicas aplicáveis na condução da instrução de voo.
 - 3.2.4 avaliação apropriada do desempenho do aluno, incluindo a identificação de:
 - 3.2.4.1 treinamento impróprio e insuficiente;
 - 3.2.4.2 características pessoais de um candidato que possam afetar adversamente a segurança;
 - 3.2.4.3 as ações corretivas no caso de progresso insatisfatório do treinamento;
 - 3.2.4.4 os métodos, procedimentos e limitações aprovados para desempenhar os procedimentos normais, anormais e de emergência requeridos na aeronave; e
 - 3.2.4.5 os princípios fundamentais do processo de ensino-aprendizado;
 - 3.2.4.6 métodos e procedimentos de ensino;
 - 3.2.4.7 o relacionamento instrutor-aluno.

4 Informações Adicionais

- 4.1 Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais didáticos (apostilas, livros e etc.) em mídia física ou digital, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas.



ANEXO VIII

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP – POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO COMANDO DE AVIAÇÃO OPERACIONAL – CAOP/CGAP/DIREX/PF

CURSO PRÁTICO DE PILOTO PRIVADO DE HLC

CURSO TEÓRICO DE PILOTO COMERCIAL DE HLC

CURSO PRÁTICO DE PILOTO COMERCIAL DE HLC

CURSO TEÓRICO E PRÁTICO IFRH

1 Do Objeto:

Ação de Capacitação	Unidade	Quantidade
Curso prático para piloto privado - helicóptero (PPH)	Curso	Definida em Termo de Referência
Curso teórico para piloto comercial - helicóptero (PCH) - (EAD)	Curso	Definida em Termo de Referência
Curso prático para piloto comercial - helicóptero (PCH)	Curso	Definida em Termo de Referência
Curso teórico de voo por instrumentos - helicóptero (IFRH)	Curso	Definida em Termo de Referência
Curso prático de voo por instrumentos - helicóptero (IFRH)	Curso	Definida em Termo de Referência

**Termo de Referência poderá trazer detalhes ou inclusões/variações de itens quanto à ação de capacitação bem como em suas respectivas quantidades, mantendo-se o mesmo objeto.*

- 1.1 **Definição do Objeto:** Contratação de empresa homologada pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, para ministrar instruções teóricas e práticas de voo em helicópteros para Pilotos Policiais Federais, para a obtenção da licença de Piloto Privado de Helicópteros (PPH), para a obtenção da licença de Piloto Comercial de Helicópteros (PCH) , para a obtenção do certificado de Habilitação Técnica de Voo por Instrumentos (IFR), visando o cumprimento das marcas exigidas pela legislação aeronáutica vigente e a obtenção das licenças acima mencionadas, conforme previsto no Manual de Curso de Piloto Privado - Helicóptero - MMA 58-4 (Aeronáutica), no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil - RBAC– nº 61 – Subparte D, parágrafos 61.73 a 61.85[1], na IS n.º 61-002 – Revisão C, na IS n.º 61-006 – Revisão C, no Manual de Curso de Piloto Comercial de Helicóptero e no Manual de Curso de Voo por Instrumentos - MMA 58-9 (Aeronáutica) ou



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP – POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO COMANDO DE AVIAÇÃO OPERACIONAL – CAOP/CGAP/DIREX/PF

norma equivalente que o substitua e conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

2 Requisitos Técnicos e Legais:

- 2.1 Os serviços a serem prestados, no tocante a habilitação de Piloto Privado, serão os seguintes:
- 2.2 Curso prático para a formação de piloto privado–helicóptero, em conformidade com o RBAC nº 61 (ANAC) e com o item 8.5 do Manual de Curso de Piloto Privado - Helicóptero - MMA 58-4 (Aeronáutica), devidamente homologado junto à ANAC, abrangendo pelo menos os seguintes aspectos:
 - 2.2.1.1 Curso teórico (Ground School) relativo à aeronave a ser utilizada na instrução, ministrado aos pilotos indicados e destinado à familiarização com a aeronave a ser empregada no treinamento de voo, devendo envolver o estudo dos sistemas e componentes da aeronave tais como: estrutura, motorização, sistema elétrico, sistema de combustível, sistema de lubrificação, rotores, transmissão, comandos de voo, painel de instrumentos, procedimentos normais, anormais e de emergência previstos e aspectos relativos ao seu manual de voo;
 - 2.2.1.2 Instrução prática destinada à adaptação na aeronave a ser utilizada, incluindo cheque ou “recheque” no tipo perante a Agência Nacional de Aviação Civil, com um total de 05 (cinco) horas de voo para cada piloto indicado;
 - a) Instrução prática destinada ao atendimento das marcas de experiência e instrução para habilitação do piloto privado com 40 (quarenta) horas de instrução e voo solo. As horas totais devem incluir, pelo menos:
 - b) 20 (vinte) horas de instrução duplo comando;
 - c) 10 (dez) horas de voo solo diurno em helicóptero, incluindo 5 (cinco) horas de voo de navegação;
 - d) 1 (um) voo de navegação de, no mínimo, 100 (cem) milhas náuticas, equivalentes a 180 (cento e oitenta) quilômetros durante o qual se realizem, ao menos, 2 (duas) aterrissagens completas em aeródromos diferentes;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP – POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO COMANDO DE AVIAÇÃO OPERACIONAL – CAOP/CGAP/DIREX/PF

- e) a instrução de voo recebida em um dispositivo de treinamento por voo simulado, qualificado e aprovado pela ANAC, é aceitável até um máximo de 5 (cinco) horas e será acatado apenas se expressamente autorizado documentalmente pela contratante por condições climáticas adversas; e
 - f) 3 (três) horas de instrução em voo noturno, que incluam 10 (dez) decolagens e 10 (dez) aterrissagens completas, onde cada aterrissagem envolverá um voo no circuito de tráfego do aeródromo;
- 2.2.1.3 Pelo menos uma palestra, por piloto, sobre Segurança de Voo, a ser ministrada por um Agente de Segurança de Voo credenciado, com ênfase em voos em aeronaves policiais e seus riscos;
- 2.2.2 A contratada será responsável pelos processos e procedimentos necessários à execução do exame prático (cheque) visando a obtenção da licença de piloto privado helicóptero (PP-H) junto aos órgãos competentes;
- 2.2.1 A contratada deverá fornecer todo o material individual necessário à execução do curso prático incluindo, no mínimo:
- 2.2.1.1 Manuais da Aeronave empregada no treinamento de vôo; e
 - 2.2.1.2 Check Lists da Aeronave.

3 REQUISITOS TÉCNICOS E LEGAIS HABILITAÇÃO PILOTO COMERCIAL

- 3.1 Os serviços a serem prestados, no tocante a habilitação de Piloto Comercial, serão os seguintes:
- 3.1.1.1 Curso Teórico de Piloto Comercial de Helicóptero – PCH, em conformidade com o RBAC nº 61 (ANAC), com a Grade Curricular e com o Plano de Matérias - itens 9 e 9.1.1- do Manual de Curso de Piloto Comercial - Helicóptero), devidamente homologado junto à ANAC.
 - 3.1.1 A contratada deverá fornecer todo o material individual necessário à execução dos cursos teóricos e práticos incluindo, no mínimo:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP – POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO COMANDO DE AVIAÇÃO OPERACIONAL – CAOP/CGAP/DIREX/PF



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP – POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO COMANDO DE AVIAÇÃO OPERACIONAL – CAOP/CGAP/DIREX/PF

- Material didático (apostilas) de todas as disciplinas (Regulamentos de Tráfego Aéreo;
 - Teoria de Voo de Alta Velocidade;
 - Conhecimentos Técnicos (Motores a Reação);
 - Meteorologia e Navegação (IFR) e
 - Coletânea de questões PCH.
- 3.1.2 Curso Prático de Piloto Comercial de Helicóptero – PCH, em conformidade com o RBAC nº 61 (ANAC) e com o item 9.2 do Manual de Curso de Piloto Comercial – Helicóptero, devidamente homologado junto à ANAC, abrangendo pelo menos os seguintes aspectos:
- 3.1.3 Curso teórico (Ground School) relativo à aeronave a ser utilizada na instrução, ministrado aos pilotos indicados e destinado à familiarização com a aeronave a ser empregada no treinamento de voo, devendo envolver o estudo dos sistemas e componentes da aeronave tais como: estrutura, motorização, sistema elétrico, sistema de combustível, sistema de lubrificação, rotores, transmissão, comandos de voo, painel de instrumentos, procedimentos normais, anormais e de emergência previstos e aspectos relativos ao seu manual de voo.
- 3.1.4 Realização de 70 (setenta) horas de voo, por policial-aluno, assim distribuídas:
- 40 (quarenta) horas como piloto em comando;
 - 10 (dez) horas de voo de navegação como piloto em comando, que incluam um percurso de no mínimo 300 (trezentas) milhas náuticas, equivalentes a 540 (quinhentos e quarenta) quilômetros, durante o qual deve ter realizado aterrissagens completas em pelo menos 2 (dois) aeródromos diferentes;
 - 10 (dez) horas de instrução de voo por instrumentos, das quais no máximo 5 (cinco) horas podem ser substituídas por instrução realizada em FSTD aprovado pela ANAC;
 - de 05 (cinco) a 10 (dez) horas de voo noturno em que sejam realizadas 5
 - (cinco) decolagens e 5 (cinco) aterrissagens como piloto em comando; e,
 - pelo menos 02 (duas) horas de voo de “cheque”.

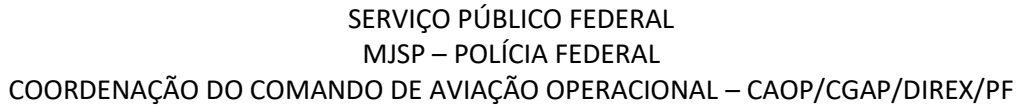
*Aeroporto Internacional de Brasília - Setor de Hangares – LT13/14 – Lago Sul – Brasília-DF,
70037-900 – (61) 2024-9540*



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP – POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO COMANDO DE AVIAÇÃO OPERACIONAL – CAOP/CGAP/DIREX/PF

4 Os serviços a serem prestados, no tocante a habilitação de Voo por Instrumentos, serão os seguintes:

- 4.1 Curso Teórico de Voo por instrumentos em Helicóptero (IFR) – com Certificado de Voo por instrumentos, homologado pela ANAC, fornecendo todo material didático para tanto – computador de voo incluso, em conformidade com RBHA 141 e com o Manual de Curso de Voo por Instrumentos (MMA 58-9).
- 4.1 Curso Prático de Voo por instrumentos em Helicóptero (IFRH) – com Certificado de Voo por instrumentos, homologado pela ANAC, fornecendo todo material didático para tanto, em conformidade com RBHA 141 e com o Manual de Curso de Voo por Instrumentos (MMA 58-9) e contemplando:



- 7



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP – POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO COMANDO DE AVIAÇÃO OPERACIONAL – CAOP/CGAP/DIREX/PF

e cinco) horas de instrução em dispositivo de treinamento de aviação avançado (AATD – Advanced Aviation Training Device), conforme os patamares mínimos exigidos nos termos da Instrução Suplementar – IS n.º 61-002, Revisão “C”.

- 4.1 Ao final do treinamento os Pilotos deverão possuir as marcas previstas para a realização de cheque da habilitação de IFRH e serem capazes de demonstrar capacidade para executar os procedimentos e manobras especificados com grau de competência apropriado às prerrogativas que a habilitação de voo por instrumentos confere ao seu detentor, e para:
- 4.1.1.1 Operar a aeronave dentro de suas limitações de emprego;
 - 4.1.1.2 Executar todas as manobras com suavidade e precisão;
 - 4.1.1.3 Revelar bom julgamento e aptidão de pilotagem;
 - 4.1.1.4 Aplicar os conhecimentos aeronáuticos e
 - 4.1.1.5 Controlar a aeronave durante todo o tempo de voo, de modo que não ocorram dúvidas quanto ao êxito de algum procedimento ou manobra.

5 Aspectos Gerais

- 5.1 A Empresa deverá observar ainda os preceitos da Instrução Normativa nº 10, de 12 de novembro de 2012, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI/MPOG), publicada na página 113 da Seção 1 do Diário Oficial da União nº 220, de 14 de novembro de 2012, referente à sustentabilidade ambiental.
- 5.1 O descumprimento de normas ambientais constatadas durante a execução do Contrato será comunicado pela PF ao órgão de fiscalização do Município, do Estado ou da União.
- 5.2 As especificações previstas neste Termo de Referência contemplam as exigências mínimas previstas no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil – RBAC nº 61 (ANAC), no item 8.5 do Manual de Curso de Piloto Privado - Helicóptero - MMA 58-4 (Aeronáutica), na IS n.º 61002 – Revisão C, na IS n.º 61-006 – Revisão C, no Manual de Curso de Piloto Comercial de Helicóptero e no Manual de Curso de Voo por Instrumentos - MMA 58-9 (Aeronáutica), os quais tem por finalidade estabelecer as diretrizes que regem a *Aeroporto Internacional de Brasília - Setor de Hangares – LT13/14 – Lago Sul – Brasília-DF, 70037-900 – (61) 2024-9540*



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP – POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO COMANDO DE AVIAÇÃO OPERACIONAL – CAOP/CGAP/DIREX/PF

concessão de habilitação de voo para pilotos de helicóptero, indispensáveis para que o objeto cumpra - legalmente - a finalidade de dar continuidade à formação de pessoal técnico especializado na área de aviação, para a manutenção e garantia da capacidade operacional, por meio da complementação do quadro de pilotos da Coordenação de Aviação Operacional - CAOP/DIREX/DPF.

- 5.3 A Contratada deverá efetuar o pagamento das taxas referentes a:
- 5.3.1 Inscrição na banca de avaliação teórica da ANAC referente às matérias de PILOTO COMERCIAL e VOO POR INSTRUMENTOS.
 - 5.3.2 Taxa de exame de proficiência (cheque); e
 - 5.3.3 Emissão das licenças de PILOTO PRIVADO e COMERCIAL.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP – POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO COMANDO DE AVIAÇÃO OPERACIONAL – CAOP/CGAP/DIREX/PF

ANEXO IX

TREINAMENTO DE PROCEDIMENTO DE EMERGÊNCIA EM HLC

1 Do Objeto:

Ação de Capacitação	Unidade	Quantidade
Treinamento de procedimentos de emergência - helicópteros	Curso	Definida em Termo de Referência

**Termo de Referência poderá trazer detalhes ou inclusões/variações de itens quanto à ação de capacitação bem como em suas respectivas quantidades, mantendo-se o mesmo objeto.*

- 1.1 **Definição do Objeto:** Contratação de Escola/Centro de Treinamento de Aviação homologada pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), com experiência comprovada em treinamento de procedimentos de emergência em helicóptero do tipo HB/AS 350 para pilotos de aeronave de asa rotativa, da Coordenação de Aviação Operacional da Polícia Federal, mediante as exigências, especificações e condições deste anexo e do Termo de Referência vinculado.

2 Requisitos Técnicos e Legais:

- 2.1 A empresa contratada deverá:
- 2.1.1 Apresentar, no mínimo, um atestado de capacidade técnica ou declaração expedida por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que executou ou está executando adequadamente os serviços constantes no Termo de Referência.
- 2.1.2 A escola deverá comprovar, à época da assinatura do contrato, ser exploradora, e/ou proprietária de, no mínimo, 01 (uma) aeronave tipo HB/AS 350 devidamente registrada no Registro Aeronáutico Brasileiro – RAB como aeronave de instrução, e com seguros vigentes e aeronavegável.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP – POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO COMANDO DE AVIAÇÃO OPERACIONAL – CAOP/CGAP/DIREX/PF

3 Conteúdo Relacionado à Execução do Treinamento:

3.1 A instrução deverá ser desenvolvida em duas fases.

3.1.1 Instrução Teórica

3.1.1.1 Deverá ser realizado um briefing com a duração de no mínimo quatro horas-aula com a finalidade de discutir as principais características do voo em situação anormal ou de emergência, e as técnicas de pilotagem para a realização das diversas manobras previstas.

3.1.2 Instrução Prática

3.1.2.1 O objetivo da instrução prática é desenvolver no aluno a perícia necessária para realizar as diversas manobras, com segurança, mas procurando aproximar-se dentro do possível das condições de uma falha real e respeitando os limites estabelecidos pelo fabricante no Manual de Voo da aeronave.

3.1.2.2 O curso deverá ser desenvolvido dentro de um total de no mínimo 04 (quatro) horas de aula teórica (briefing) e 3 (três) horas de voo por aluno.

3.1.2.3 A grade curricular do curso deverá contemplar no mínimo as seguintes manobras:

- a) Transparência de Servo Comandos;
- b) Demonstração da estabilidade dinâmica;
- c) Pouso Corrido;
- d) Voo sem hidráulico;
- e) Pouso corrido sem hidráulico;
- f) Voo pairado, giros e deslocamentos dentro do efeito solo (DES*) sem hidráulico;
- g) Demonstrações de pouso com o governador em emergência;
- h) Demonstrações de pouso sem os pedais;
- i) Voo e pouso com o governador em emergência (efetivo/real);
- j) Pouso sem pedais (efetivo/real);
- k) Autorrotação real direta com pouso;
- l) Demonstração de autorrotação na decolagem;
- m) Autorrotação real com pouso – direta – de 90º - de 180º e de 360º;

*Aeroporto Internacional de Brasília - Setor de Hangares – LT13/14 – Lago Sul – Brasília-DF,
70037-900 – (61) 2024-9540*



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP – POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO COMANDO DE AVIAÇÃO OPERACIONAL – CAOP/CGAP/DIREX/PF

- n) Autorrotação no pairado DES (dentro do efeito solo);
 - o) Autorrotação na decolagem com 0, 10, 20, 30, 40, 50 e 60 nós (Kt);
 - p) Autorrotação na aproximação;
 - q) Autorrotação no pairado FES (fora do efeito solo) no limite do diagrama Altura X Velocidade.
- 3.2 Avaliação de aprendizagem é contínua e ao término de cada instrução deverá o instrutor executar o debriefing e informar ao aluno detalhadamente seu desempenho no voo e nível de resposta do mesmo ao efetuar uma determinada manobra.
- 3.3 Os Policiais Federais indicados pela Coordenação de Aviação Operacional deverão estar habilitados ou já ter sido habilitados no HB/AS 350. Deverão, ainda, estar com o Certificado Médico Aeronáutico (CMA) válido.
- 3.4 Ao aluno que completar com aproveitamento a instrução prática, será conferido o certificado correspondente.

4 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 4.1 Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais didáticos (apostilas, livros e etc.) necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP – POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO COMANDO DE AVIAÇÃO OPERACIONAL – CAOP/CGAP/DIREX/PF

ANEXO X

TREINAMENTO DE CRM – CREW RESOURCE MANAGEMENT

1 Do Objeto:

Ação de Capacitação	Unidade	Quantidade
Curso de gerenciamento dos recursos de cabine - CRM - Inicial (EAD/PRESENCIAL)	Curso	Definida em Termo de Referência
Curso de gerenciamento dos recursos de cabine - CRM - Periódico (EAD/PRESENCIAL)	Curso	Definida em Termo de Referência

**Termo de Referência poderá trazer detalhes ou inclusões/variações de itens quanto à ação de capacitação bem como em suas respectivas quantidades, mantendo-se o mesmo objeto.*

- 1.1 **Definição do Objeto:** Contratação de Escola/Centro de Treinamento de Aviação homologada pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), com experiência comprovada em programa de Treinamento de CRM com base na Instrução Suplementar (IS) nº 00-010 Revisão A da ANAC, para tripulantes e demais servidores da CAOP – Coordenação do Comando de Aviação Operacional da Polícia Federal, mediante as exigências, especificações e condições deste anexo e do Termo de Referência vinculado.

2 Requisitos Técnicos e Legais:

- 2.1 A empresa contratada deverá:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP – POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO COMANDO DE AVIAÇÃO OPERACIONAL – CAOP/CGAP/DIREX/PF

- 2.1.1 Apresentar, no mínimo, um atestado de capacidade técnica ou declaração expedida por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que executou ou está executando adequadamente os serviços constantes no Termo de Referência.
- 2.1.2 Estar com o curso homologado e instrutores credenciados junto à ANAC;
- 2.1.3 Cumprir o programa previsto em legislação para o Treinamento de CRM inicial e periódico;
- 2.1.4 Emitir Certificado reconhecido pela ANAC.
- 2.1.5 Deverá cumprir os requisitos da IS No 00-010 Revisão A
- 2.1.6 A contratada deverá emitir relatório impresso com embasamento, conclusão e programa a ser desenvolvido, tanto para treinamento inicial quanto recorrente;

3 Conteúdo Relacionado à Execução do Treinamento:

4 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 4.1 Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais didáticos (apostilas, livros e etc.) necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas.
- 4.2 O Treinamento de CRM consistirá de 3 (três) fases: Conceitos Iniciais (1ª fase), Prática (2ª fase) e Periódico (3ª fase).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP – POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO COMANDO DE AVIAÇÃO OPERACIONAL – CAOP/CGAP/DIREX/PF

- 4.2.1 **1ª FASE - Conceitos Iniciais** - O número de participantes nesta 1ª fase não deve exceder 40 (quarenta) e nem ser inferior a 2 (dois). Para grupos com mais de 20 (vinte) participantes, serão necessários dois facilitadores. O treinamento desta fase deve ter carga horária mínima de 24 (vinte e quatro) horas-aula na seguinte forma:
- a) 16 (dezesesseis) horas de na modalidade de Educação a Distância (EaD) e 8 (oito) horas na modalidade presencial.
 - b) A parte teórica do curso, quando ministrada na modalidade a distância, deve garantir:
 - I - interface amigável e dinâmica, fácil navegação, distribuição das aulas observando-se a organização sequencial dos conteúdos, variedade de ferramentas utilizadas, diversidade de recursos didáticos e capacidade de controle de acesso do participante;
 - II - equipamento adequado e em número suficiente para que as atividades sejam realizadas com sucesso no ambiente de trabalho, se for o caso; e
 - III - instalações onde o participante possa acessar as aulas na modalidade EaD devem garantir condições adequadas de silêncio, temperatura e ventilação.
 - c) O material didático do curso a distância deve ser elaborado especificamente para esta modalidade.
 - d) Na elaboração dos materiais didáticos para o curso a distância é necessário:
 - I - explicitar quais competências (conhecimento, habilidades e atitudes) o participante deverá alcançar ao final do curso, oferecendo subsídios para autoavaliação ao longo dele;
 - II - desenvolver o conteúdo aplicado de forma clara e consistente, organizado didaticamente, considerando os objetivos propostos no plano curricular de curso; e
 - III - apresentar atividades de fixação da aprendizagem.
 - e) A duração da etapa EaD não deve ser inferior a 7 (sete) dias e nem superior a 15 (quinze) e deve ser concluída antes do treinamento presencial.
 - f) O intervalo entre o término da disponibilização da etapa EaD e a etapa presencial não deve ser superior a 7 (sete) dias.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP – POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO COMANDO DE AVIAÇÃO OPERACIONAL – CAOP/CGAP/DIREX/PF

- g) A empresa deve disponibilizar à ANAC o acesso ao Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) como administrador.
 - h) O participante poderá acessar o AVA em horários e locais de sua preferência.
- 4.3 A primeira fase requer a disponibilização do material impresso ou virtual para os participantes, contendo as disciplinas tratadas, os objetivos instrucionais, a definição de termos abordados, e um resumo de cada disciplina, devendo ser organizado em uma sequência lógica. Recomenda-se que os conceitos presentes no Quadro 1 desta IS sejam apresentados de forma visual e textualmente acessíveis, para que o objetivo de oferecer uma abordagem conceitual comum aos participantes seja cumprido.

5 2ª FASE - Prática

- 5.1 A fase prática em CRM poderá ser realizada em sala de aula, em simulador de voo (Treinamento Orientado para Operações em Rota – LOFT), em cockpit, ou em outros tipos de dispositivos de treinamento, para que os elementos de CRM aprendidos na 1ª fase possam ser aplicados e analisados através da técnica do feedback (crítica). Vide glossário para Line-Oriented Flight Training.
- 5.2 A fase prática realizada em sala de aula deve oportunizar aos participantes exercícios práticos (dinâmicas de grupo, dramatizações, simulações de papéis e outras técnicas), com o objetivo de desenvolver estratégias para lidar com situações de rotina e de emergência, possibilitando uma análise a posteriori dos comportamentos evidenciados durante o treinamento.
- 5.3 O número de participantes nesta 2ª Fase não deve exceder 20 (vinte) e nem ser inferior a 2 (dois).
- 5.4 A fase prática deve consistir em ao menos 8 (oito) horas consecutivas, e ocorrer em um prazo não superior a 6 (seis) meses do término da 1ª fase.

6 3ª FASE – Treinamento Periódico

- 6.1 A 3ª fase do treinamento de CRM não se caracteriza como um momento pontual. Após concluídas a primeira e a segunda fases, o desenvolvimento de conhecimento e das habilidades CRM deve ser continuado. O desenvolvimento contínuo é requerido para que

*Aeroporto Internacional de Brasília - Setor de Hangares – LT13/14 – Lago Sul – Brasília-DF,
70037-900 – (61) 2024-9540*



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP – POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO COMANDO DE AVIAÇÃO OPERACIONAL – CAOP/CGAP/DIREX/PF

as habilidades não técnicas possam ser compreendidas e incorporadas ao repertório comportamental de cada membro de equipe, respeitando-se o estilo de cada um. Os métodos e técnicas do treinamento de CRM colaboram para o desenvolvimento de atitudes e habilidades efetivas para a segurança das operações aéreas.

- 6.2 Nesta fase, o treinamento deve incluir no mínimo 16 (dezesseis) horas-aulas, sendo 8 (oito) EAD e 8 (oito) obrigatoriamente presencial.
- 6.3 Antes da etapa presencial, recomenda-se leitura prévia de material apropriado para esta fase. O material didático pode ser disponibilizado sob diferentes formas, a critério do provedor.
- 6.4 Esta fase deve desenvolver o conhecimento, as habilidades e as atitudes dos participantes relativas ao CRM no contexto do operador, de acordo com os dados de segurança coletados e analisados à luz do campo dos Fatores Humanos.
- 6.5 A qualidade desta fase depende da atualização contínua do programa de treinamento de CRM (PCRM). A relevância deste programa é realçada quando os eventos ocorridos na empresa são integrados ao treinamento sob a forma de estudos de caso. A partir de estudos de caso, os tripulantes são alertados sobre as ameaças e experiência de terceiros. Assim, e mais importante, o treinamento de CRM se torna uma via de compartilhamento das contramedidas de segurança que foram bem-sucedidas naquele ambiente operacional estudado.
- 6.6 O operador deverá demonstrar à ANAC que a proposta de treinamento atinge aos objetivos esperados desta fase, observando-se a carga horária mínima prevista nessa seção. Sessões LOFT como parte dos treinamentos periódicos dos pilotos, complementarmente às instruções em sala de aula, é uma forma de cumprimento aceitável desta fase.
- 6.7 Cenários sugeridos para essa fase: atrasos de voo, procedimentos de emergência, briefing e debriefing, conceito de sterile cockpit, procedimentos pré-decolagem e notificação de pouso, consulta e análise de documentos pré-voo (MEL, METAR, e outros), procedimentos de turbulência e mau tempo, problemas médicos a bordo, cheque externo da aeronave, peso e balanceamento da aeronave, entre outros.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP – POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO COMANDO DE AVIAÇÃO OPERACIONAL – CAOP/CGAP/DIREX/PF

- 6.8 O número de participantes nesta 3ª Fase não deve exceder 20 (vinte) e nem ser inferior a 2 (dois) se transcorrer em sala de aula. Exceção feita para o SRM – Single Pilot Resource Management, quando o treinamento poderá ser realizado somente com 1 (um) piloto.

7 Elementos curriculares mínimos

- 7.1 Ver IS00-010 Revisão A
- 7.2 A abertura de turmas deverão ter no mínimo de 10 alunos para efeitos de pagamento e controle, salvo entendimento contrário por parte da Unidade.
- 7.3 Uma parte do treinamento poderá ser EAD, obedecendo os requisitos da IS -010 Revisão A ANAC, aprovado e disponibilizado pelo período de validade do contrato dentro dos limites estabelecidos em contrato.
- 7.4 As vagas serão distribuídas observando a necessidade da unidade e também da disponibilidade dos servidores, poderão ser realocadas à critério da Coordenação de Aviação Operacional.
- 7.5 As datas dos treinamentos serão acordadas previamente entre as partes, tendo a empresa contratada um prazo máximo de 12 (doze) meses, a partir da assinatura do contrato, para a realização de todos os treinamentos.
- 7.6 Os servidores serão matriculados nas turmas a depender da disponibilidade.
- 7.7 O treinamento deverá atender à matriz curricular exigida pela legislação vigente e em consonância com o RBACs, 90, e a IS nº 010 Rev. A.

8 Materiais a serem disponibilizados

- 8.1 Para a perfeita execução dos serviços, a **Contratada** deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário, e todos aqueles materiais didáticos inerentes à correta interação do aluno com a aula, tais como:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP – POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO COMANDO DE AVIAÇÃO OPERACIONAL – CAOP/CGAP/DIREX/PF

- a) Disponibilização de plataforma de ensino para execução das aulas;
 - b) Logins, senhas e suportes técnicos;
 - c) Materiais de apoio à instrução;
 - d) Emissão de Certificados;
- 8.2 O pagamento deverá ser realizado ao final de cada turma, após a emissão dos respectivos certificados, mediante a apresentação da nota fiscal, conforme contratado em Ata de Registro de Preços.

9 Conteúdo relacionado à execução do treinamento

- 9.1 A contratada deverá emitir relatório impresso com embasamento, conclusão e programa a ser desenvolvido, tanto para treinamento inicial quanto recorrente;
- 9.2 Deverá prover , após o final de cada turma concluída, uma relação contendo os nomes dos alunos participantes bem como os respectivos certificados.
- 9.3 Todos os custos com relação a deslocamento, alimentação, hospedagem e outras despesas relacionadas com a equipe de instrução serão de inteira responsabilidade da Contratada.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP – POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO COMANDO DE AVIAÇÃO OPERACIONAL – CAOP/CGAP/DIREX/PF

ANEXO XI

TREINAMENTO TEÓRICO E PRÁTICO – INICIAL E PERIÓDICO DE EMERGÊNCIA EM SIMULADOR/MOCK-UP DA AERONAVE EMBRAER ERJ-175

1 Do Objeto:

Ação de Capacitação	Unidade	Quantidade
Treinamento Teórico e Prático Inicial de Emergência em aeronave/simulador/Mock-up de aeronave modelo Embraer E-175.	Curso	Definida em Termo de Referência
Treinamento Teórico e Prático Periódico de Emergência em aeronave/Simulador/Mock-up de aeronave modelo Embraer E-175.	Curso	Definida em Termo de Referência

**Termo de Referência poderá trazer detalhes ou inclusões/variações de itens quanto à ação de capacitação bem como em suas respectivas quantidades, mantendo-se o mesmo objeto.*

- 1.1 **Definição do Objeto:** Contratação de Centro de Treinamento, em conformidade com as exigências da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), para prestação do serviço de TREINAMENTO DE EMERGÊNCIA EM SIMULADOR/MOCK-UP, para a aeronave EMBRAER E-175, conforme as seguintes condições, quantidades e exigências estabelecidas:

2 Requisitos Técnicos e Legais:

2.1 A empresa contratada deverá:

- 2.1.1 Ter registro ou inscrição na Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, de forma a comprovar o seu vínculo com a atividade aeronáutica;
- 2.1.2 Ser qualificada como Centro de Treinamento de Aviação Civil - CTAC apta para o fornecimento de treinamento da aeronave Embraer E-175;
- 2.1.3 Estar incluída na “Lista de treinamentos de tipo aprovados pela ANAC”, emitido mensalmente e publicado no site da ANAC;

*Aeroporto Internacional de Brasília - Setor de Hangares – LT13/14 – Lago Sul – Brasília-DF,
70037-900 – (61) 2024-9540*



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP – POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO COMANDO DE AVIAÇÃO OPERACIONAL – CAOP/CGAP/DIREX/PF

- 2.1.4 Apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço;
- 2.1.5 No caso de representante de empresa estrangeira, comprovar autorização da representada para a contratação dos serviços, através de procuração, emitida por órgão competente; e
- 2.1.6 Disponibilizar instrutores de comissários devidamente habilitados, bem como local e equipamentos necessários à realização dos treinamentos.

3 Conteúdo Relacionado à Execução do Treinamento:

- 3.1 O **Treinamento Inicial de Emergência em Mock-up** da aeronave modelo Embraer E-175, deverão conter carga horária mínima de 40 (quarenta) horas, distribuídas entre aulas **teóricas** (mínimo de 30 horas) e **práticas** (mínimo de 10 horas).
- 3.2 A parte teórica (*Ground School*) deverá abranger conhecimentos e procedimentos para lidar com situações normais, anormais e de emergência da aeronave tais como: princípios de evacuações, emergência preparada e não preparada para pouso na terra e na água (Ditching – identificação das saídas de emergências operativas, características de flutuação, coordenação de cabine, preparação de cabine e passageiros, técnicas de evacuação, utilização do *Escape Slide*, condições climáticas adversas, botes salva-vidas e seus equipamentos, sobrevivência na água, kit de sobrevivência e equipamentos pirotécnicos), tipos de despressurização, fisiologia de alta altitude, combate a incêndio a bordo, equipamentos de emergência e sobrevivência, noções de CRM e de materiais perigosos (HAZMAT);
- 3.3 A parte prática deverá abranger os seguintes conhecimentos e procedimentos:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP – POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO COMANDO DE AVIAÇÃO OPERACIONAL – CAOP/CGAP/DIREX/PF

- a) *Equipamentos de emergência da aeronave* - Demonstração e utilização (megafone, machadinha, capuz anti-fumaça, extintor de incêndio, garrafa de oxigênio com máscara oro nasal, óculos contra fumaça, assento flutuante, colete salva vidas e bote salva-vidas);
 - b) *Pouso na água* – Em mock-up, simulando pouso na água, utilizando-se de colete salva-vidas, bote inflável e seus equipamentos (embarque/desembarque);
 - c) *Combate ao fogo* - Em mock-up, simulando combate ao fogo em cabine com chamas, fumaça, utilizando-se de capuz anti-fumaça e extintor de incêndio; e
 - d) *Evacuação de emergência* – Em mock-up, simulando evacuação em terra e mar, evacuação com a utilização do *escape slide*, evacuação diurna e noturna, em cabine com fumaça e sem fumaça, com ruídos sonoros simultâneos aos eventos de emergência em questão.
- 3.4 O **Treinamento Periódico de Emergência em Mock-up** da aeronave modelo Embraer E-175 conterà carga horária mínima de 19 (dezenove) horas distribuídas entre **aulas teóricas** (mínimo de 13 horas) e **práticas** (mínimo de 6 horas);
- 3.5 A parte teórica (Ground School) deverá abranger conhecimentos e procedimentos para lidar com situações normais, anormais e de emergência da aeronave tais como: princípios de evacuações, emergência preparada e não preparada para pouso na terra e na água (Ditching – identificação das saídas de emergências operativas, características de flutuação, coordenação de cabine, preparação de cabine e passageiros, técnicas de evacuação, utilização do *Escape Slide*, condições climáticas adversas, botes salva-vidas e seus equipamentos, sobrevivência na água, kit de sobrevivência e equipamentos pirotécnicos), tipos de despressurização, fisiologia de alta altitude, combate a incêndio a bordo, equipamentos de emergência e sobrevivência, noções de CRM e de materiais perigosos (HAZMAT).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP – POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO COMANDO DE AVIAÇÃO OPERACIONAL – CAOP/CGAP/DIREX/PF

ANEXO XII

TREINAMENTO DE ELEVAÇÃO DE NÍVEL NA AERONAVE TIPO EMBRAER ERJ-175

1 Do Objeto:

Ação de Capacitação	Unidade	Quantidade
Treinamento de elevação de nível na aeronave Embraer 175	Curso	Definida em Termo de Referência

**Termo de Referência poderá trazer detalhes ou inclusões/variações de itens quanto à ação de capacitação bem como em suas respectivas quantidades, mantendo-se o mesmo objeto.*

- 1.1 **Definição do Objeto:** Contratação de Centro de Treinamento de Aviação Civil (CTAC), ou Treinamento efetuado por fabricante do equipamento em consonância com PTO da CAOP conforme Regras especiais do RBAC 90 (90.153 item 3), assim definido e exigido pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) para prestação do serviço de TREINAMENTO DE ELEVAÇÃO DE NÍVEL para a aeronave EMBRAER ERJ-175, conforme as seguintes condições, quantidades e exigências estabelecidas em Termo de Referência específico.

2 Requisitos Técnicos e Legais:

- 2.1 Treinamento para servidores policiais, que compreende a Instrução Teórica e Simulação Prática de Voo, referente à aeronave EMBRAER ERJ-175, de acordo com as exigências das Autoridades Aeronáuticas Brasileiras e conforme a Regulamentação Aeronáutica Brasileira (RBAC) específica.
- 2.2 A empresa contratada deverá:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP – POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO COMANDO DE AVIAÇÃO OPERACIONAL – CAOP/CGAP/DIREX/PF

- 2.2.1 possuir registro ou inscrição na Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, de forma a comprovar o seu vínculo com a atividade aeronáutica;
- 2.2.2 ser qualificada como CTAC - Centro de Treinamento de Aviação Civil apta para o fornecimento de treinamento da aeronave EMBRAER ERJ-175, ou fabricante do equipamento em consonância com as Regras especiais do RBAC 90 (90.153 item 3);
- 2.2.3 Estar incluída na “Lista de treinamento de tipo aprovado pela ANAC”, (<https://www.gov.br/anac/pt-br/assuntos/regulados/profissionais-da-aviacao-civil/perfis/pilotos/treinamento-de-tipo>) – Treinamento Elevação de Nível– Aviões, para a aeronave E175.
- 2.2.4 Apresentar comprovação de qualificação do simulador junto à ANAC quando da sua habilitação no processo licitatório;
- 2.2.5 Apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.
- 2.2.6 Oferecer os cursos teóricos (Treinamento de solo – GroundSchool,) e treinamento de voo em simulador de voo (Full Motion, Flight Simulator) devem estar qualificados junto à ANAC para a aeronave EMBRAER ERJ 175.
- 2.2.7 No caso de representante de empresa estrangeira, comprovar autorização da representada para a contratação dos serviços, através de procuração, emitida por órgão competente.
- 2.2.8 As horas técnicas de treinamento em simulador de voo deverão ser realizadas em equipamento no mínimo classe "D", referente ao modelo EMBRAER ERJ-175, com sistema de movimentação total (Flight Simulator, Full Motion, “D” Class), para que permita o total aproveitamento dos conhecimentos da aeronave, agilizando também o processo de renovação de Habilitação Técnica do Tipo pelos Pilotos.
- 2.2.9 Por se tratar de contratação de serviço na modalidade de curso, os servidores serão indicados pela Coordenação da CAOP/DIREX/PF.
- 2.3 Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

*Aeroporto Internacional de Brasília - Setor de Hangares – LT13/14 – Lago Sul – Brasília-DF,
70037-900 – (61) 2024-9540*



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP – POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO COMANDO DE AVIAÇÃO OPERACIONAL – CAOP/CGAP/DIREX/PF

- 2.3.1 O serviço compreende curso com a carga horária mínima estabelecida conforme homologação do Centro de Treinamento na ANAC; ou Treinamento efetuado por fabricante do equipamento em consonância com PTO da CAOP conforme Regras especiais do RBAC 90 (90.153 item 3).
- 2.3.2 O curso deverá proporcionar os conhecimentos exigidos para a execução das atividades correspondentes à certificação, individualmente, conforme valor unitário contratado;
- 2.4 Após cada fase do curso, deverá ser comprovado por meio de avaliação, a proficiência adquirida pelos participantes dos cursos e emitido o certificado de conclusão daquela fase específica (*GroundSchool* – currículo de solo) e simulador (currículo de voo);
- 2.5 A contratada deve possuir corpo docente de instrutores habilitados e com experiência tal que não comprometa a qualidade da instrução, tanto na fase teórica quanto na fase de simulador de voo;
- 2.6 É de responsabilidade da contratada os exames de proficiência exigidos pela ANAC para inclusão de função de comandante – item 24 – na habilitação da aeronave ERJ-175. Devendo para tal fornecer examinador credenciado habilitado que deverá preencher a FAP (Ficha de Avaliação) conforme padrões estabelecidos pela ANAC;
- 2.7 O simulador deve ser realizado em simulador “*Full Motion*”, classe “D”, qualificado e válido pela ANAC;
- 2.8 Os serviços deverão ser efetuados de acordo com as normas e padrões da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), bem como de toda legislação aplicável;
- 2.9 Todos os custos com relação às instalações onde serão ministrados o curso teórico e o simulador serão de inteira responsabilidade da Contratada;
- 2.10 Caso o curso ministrado seja em outro idioma que não o português, a tradução do curso para a língua portuguesa será de responsabilidade da Contratada, bem como a transmissão correta do conhecimento;
- 2.10.1 O custo do tradutor deverá vir discriminado na proposta de preço da licitante;
- 2.10.2 Caso o piloto ou grupo de pilotos opte por não ser assistido por tradutor, a contratante será avisada com antecedência e o custo relacionado ao serviço de tradução será glosado no pagamento da nota;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP – POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO COMANDO DE AVIAÇÃO OPERACIONAL – CAOP/CGAP/DIREX/PF

- 2.10.3 A Contratada deverá disponibilizar um examinador credenciado ANAC no equipamento ERJ175 e IFR (*"Instrument Flight Rules"*), para realização dos procedimentos de exame de proficiência realizados pelos pilotos no final do treinamento. O custo com esse procedimento é de responsabilidade da Contratada.
- 2.10.3.1 Apresentar toda a documentação necessária à ANAC para a realização do exame de proficiência em simulador pelos pilotos, inclusive efetuar todos os pagamentos das taxas necessárias junto aos órgãos de controles nacionais e internacionais;
- 2.10.3.2 Assumir responsabilidade pelo pagamento de eventuais taxas exigidas pelo governo dos EUA no que se refere a cadastramento dos pilotos no TSA (Transportation Security Administration).
- 2.11 Comprovar autorização da representada para a contratação dos serviços, através de procuração emitida por órgão competente, no caso de representante.
- 2.12 Quando os cursos teóricos (treinamento de solo – *groundschool*) e treinamento de voo em simulador de voo em questão forem homologados pela ANAC em empresa estrangeira sem filial ou escritório no Brasil mas que possua representante oficial no território nacional, tal representante poderá subcontrata-la. Neste caso a empresa brasileira fornecerá os serviços de: assessoramento e agendamento dos cursos com a empresa estrangeira; desembaraço internacional; pagamento de taxas estrangeiras; impostos; entre outros;

3 Conteúdo relacionado à execução do treinamento

- 3.1 O serviço de Treinamento de Elevação de Nível para pilotos, referente à aeronave EMBRAER ERJ-175, compreende a execução de treinamento para a revalidação de Habilitação Técnica com inclusão da função de COMANDANTE da aeronave E175, de acordo com o preconizado na parte 61.215 (b) do RBAC 61 Emenda 14 (Vigência ANAC em 03/04/2023).
- 3.2 O treinamento recorrente deve ter homologação da ANAC e possuir o seguinte conteúdo, POR PILOTO:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP – POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO COMANDO DE AVIAÇÃO OPERACIONAL – CAOP/CGAP/DIREX/PF

- 3.2.1 Treinamento de Solo (groundschool), especializado na aeronave EMBRAER ERJ-175, aprovado e homologado pela ANAC;
- 3.2.2 Treinamento de integração aos sistemas da aeronave EMBRAER ERJ-175 (Systems Integration Training e/ou CPT – Cockpit Procedures Training);
- 3.2.3 Instrução sobre planejamento e avaliação de voo (briefing e debriefing);
- 3.2.4 Treinamento de voo em simulador (currículo de voo homologado), fullmotion, classe “D”, da aeronave EMBRAER ERJ-175;
- 3.2.5 O treinamento em simulador quando efetuado por mais de um servidor deverá ser aproveitado tanto na função de “pilot flying (left seat pilot)” quanto “pilot monitoring (right seat pilot)” (em Flight Simulator, Full Motion, “D” class).
- 3.3 Sessão de simulador (Flight Simulator, Full Motion, “D” class) da aeronave EMBRAER ERJ175 para efetivação de voo de exame de proficiência, cheque de pilotos a ser efetuado por examinador credenciado da contratada junto à ANAC ou inspetor da ANAC;
- 3.4 O quantitativo de horas estabelecido para cada item de treinamento acima descrito deve respeitar os mínimos determinados na homologação do centro de treinamento para o equipamento contratado na função de Comandante; ou em consonância com PTO da CAOP em caso de Treinamento efetuado por fabricante do equipamento, conforme Regras especiais do RBAC 90 (90.153 item 3).
- 3.5 O treinamento de elevação de nível de tipo E175 deve ser realizado inteiramente em Centro de Treinamento de Aviação Civil (CTAC), aprovado e homologado pela ANAC como tal, cujo curso deve estar incluído na “LISTA DE TREINAMENTOS DE TIPO APROVADOS PELA ANAC” (<https://www.gov.br/anac/pt-br/assuntos/regulados/profissionais-da-aviacao-civil/perfis/pilotos/treinamento-de-tipo>) emitido mensalmente e publicado no site da ANAC, quando da data de sua habilitação para a participação do certame licitatório. Ou ainda, como exceção, treinamento com o Fabricante da aeronave conforme Regras especiais do RBAC 90 (90.153 item 3).
- 3.6 As especificações descritas no Termo de Referência atendem aos requisitos de homologação exigidos pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), conforme disposto na sub-parte 61.215 (b) do regulamento RBAC 61, que determina que o treinamento para revalidação da habilitação de tipo (ERJ-175) seja realizado em Centro de Treinamento de *Aeroporto Internacional de Brasília - Setor de Hangares – LT13/14 – Lago Sul – Brasília-DF, 70037-900 – (61) 2024-9540*



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP – POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO COMANDO DE AVIAÇÃO OPERACIONAL – CAOP/CGAP/DIREX/PF

Aviação Civil (CTAC) devidamente aprovado e homologado por aquele órgão. Diante disso, as únicas empresas com condição de participar do referido certame, são as empresas constantes no rol de homologação daquela Agência, ou ainda, o fabricante da aeronave conforme Regras especiais do RBAC 90 (90.153 item 3).

- 3.7 O curso teórico, o treinamento de integração aos sistemas, a instrução sobre planejamento, a avaliação de voo e o treinamento em simulador de voo deverão ser executados com carga horária que não exceda 08 (oito) horas diárias;
- 3.8 Os prazos previstos para execução dos serviços poderão ser aumentados, com a concordância da CAOP/PF, nos casos supervenientes e de força maior, desde que devidamente justificado pela empresa;
- 3.9 Os voos de simulador deverão ser acompanhados com instrutor homologado no equipamento contratado.
- 3.10 A execução dos serviços será iniciada tão logo se julgue oportuno pela Administração, sendo observados como critérios a data de vencimento das habilitações dos pilotos componentes dos quadros da Coordenação de Aviação Operacional.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP – POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO COMANDO DE AVIAÇÃO OPERACIONAL – CAOP/CGAP/DIREX/PF

ANEXO XIII

TREINAMENTO DE ELEVAÇÃO DE NÍVEL NA AERONAVE TIPO EMBRAER ERJ-175

1 Do Objeto:

Ação de Capacitação	Unidade	Quantidade
Curso Teórico de Piloto Comercial de Avião (PCA/IFR/MLTE) (EaD é opção)	Curso	Definida em Termo de Referência
Instrução de solo e familiarização com aeronaves MNTE e MLTE (Groundschool) (EaD é opção)	Horas	Definida em Termo de Referência
Horas de voo em aeronave monomotor triciclo, homologada para instrução básica, sob regras de voo visual (VFR)	Horas	Definida em Termo de Referência
Horas de voo em aeronave monomotor triciclo, homologada para instrução básica, sob regras de voo visual (VFR) NOTURNO	Horas	Definida em Termo de Referência
Hora de voo em simulador homologado pela ANAC para instrução VFR/IFR com capacitação em PBN	Horas	Definida em Termo de Referência
Hora de voo em aeronaves monomotoras homologadas para instrução IFR pela ANAC	Horas	Definida em Termo de Referência
Hora de voo em aeronaves multimotoras homologadas para instrução pela ANAC para voos MLTE VFR/IFR com capacidade PBN	Horas	Definida em Termo de Referência
Custos Administrativos (Taxas ANAC)	Taxas	Definida em Termo de Referência

**Termo de Referência poderá trazer detalhes ou inclusões/variações de itens quanto à ação de capacitação bem como em suas respectivas quantidades, mantendo-se o mesmo objeto.*

2 Especificação

- 2.1 O treinamento prático poderá ser realizado fora de Brasília-DF.
- 2.2 A aeronave e a Escola devem ser homologadas pela ANAC para a formação básica de instrução de Piloto Privado de Avião.
- 2.3 Custos administrativos: GRU ANAC, taxa de examinadores em check de voo e taxa de matrícula para o curso prático PPA.
- 2.4 Deverá estar em conformidade com o RBAC nº 61, SUBPARTE D – Licença de Piloto Privado, SUBPARTE D – Licença de Piloto Comercial, do RBAC nº 141 e supletivamente com o Manual de Curso de Piloto Privado de Avião com base na NMSA 58-61

*Aeroporto Internacional de Brasília - Setor de Hangares – LT13/14 – Lago Sul – Brasília-DF,
70037-900 – (61) 2024-9540*



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP – POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO COMANDO DE AVIAÇÃO OPERACIONAL – CAOP/CGAP/DIREX/PF

(Regulamento Brasileiro de Homologação Aeronáutica – RBHA) e Regulamento Brasileiro de Homologação Aeronáutica nº 091, (RBHA Nº 91), subparte K – Operações Aéreas de Segurança Pública e/ou Defesa Civil abrangendo pelo menos os seguintes aspectos:

- 2.5 Curso teórico (*GroundSchool*) relativo à aeronave a ser utilizada na instrução, ministrado aos pilotos indicados e destinado à familiarização com a aeronave a ser empregada no treinamento de voo, devendo envolver o estudo dos sistemas e componentes da aeronave tais como: estrutura, motorização, sistema elétrico, sistema de combustível, sistema de lubrificação, rotores, transmissão, comandos de voo, painel de instrumentos, procedimentos normais, anormais e de emergência previstos e aspectos relativos ao seu manual de voo.
- 2.6 Cada aluno deverá estar habilitado como piloto privado.
- 2.7 As horas de voo serão aplicadas sobre cada policial afim de obterem a formação completa conforme legislação vigente e plano de curso da escola.
- 2.8 Ao final do treinamento os Pilotos deverão possuir as marcas previstas para a realização de voo de cheque e serem capazes de demonstrar capacidade para executar os procedimentos e manobras especificados com grau de competência apropriado às prerrogativas que a licença confere ao seu detentor
- 2.9 A Escola deve disponibilizar um examinador credenciado ANAC para o voo de avaliação (cheque), cujas horas estão incluídas no computo total, sem custos adicionais.
- 2.10 Deverá estar incluso nos custos da hora de vôo todas as taxas ANAC, inclusive para check do piloto.

3 Horas práticas de Piloto Comercial de Avião com habilitação Multi e IFR – PCA/MLTE/IFR

- 3.1 O curso prático poderá ser realizado fora de Brasília-DF.
- 3.2 A aeronave e a Escola devem ser homologadas pela ANAC para a formação básica de instrução de Piloto Comercial de Avião.
- 3.3 Custos administrativos: GRU ANAC, taxa de examinadores em check de voo e taxa de matrícula para o curso prático PCA/IFR/MLTE.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP – POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO COMANDO DE AVIAÇÃO OPERACIONAL – CAOP/CGAP/DIREX/PF

- 3.4 Deverá estar em conformidade com o RBAC nº 61, SUBPARTE E;J;L – Licença de Piloto Comercial, do RBAC nº 141 e supletivamente com o Manual de Curso de Piloto Comercial de Avião com base na NMSA 58-61 (Regulamento Brasileiro de Homologação Aeronáutica – RBHA) e Regulamento Brasileiro de Homologação Aeronáutica nº 091, (RBHA Nº 91), subparte K – Operações Aéreas de Segurança Pública e/ou Defesa Civil abrangendo pelo menos os seguintes aspectos:
- 3.5 Curso teórico (*GroundSchool*) relativo à aeronave a ser utilizada na instrução, ministrado aos pilotos indicados e destinado à familiarização com a aeronave a ser empregada no treinamento de voo, devendo envolver o estudo dos sistemas e componentes da aeronave tais como: estrutura, motorização, sistema elétrico, sistema de combustível, sistema de lubrificação, rotores, transmissão, comandos de voo, painel de instrumentos, procedimentos normais, anormais e de emergência previstos e aspectos relativos ao seu manual de voo.
- 3.6 Cada aluno deverá estar habilitado como piloto comercial.
- 3.7 As horas de voo serão aplicadas sobre cada policial afim de obterem a formação completa conforme legislação vigente e plano de curso da escola.
- 3.8 Os voos em aeronaves multimotoras homologadas para instrução pela ANAC para voos MLTE VFR/IFR, deverão ser realizadas em avião do mesmo fabricante e modelo do avião a ser usado no exame de proficiência.
- 3.9 Ao final do treinamento os Pilotos deverão possuir as marcas previstas para a realização de voo de cheque e serem capazes de demonstrar capacidade para executar os procedimentos e manobras especificados com grau de competência apropriado às prerrogativas que a licença confere ao seu detentor
- 3.10 A Escola deve disponibilizar um examinador credenciado ANAC para o voo de avaliação (cheque), cujas horas estão incluídas no computo total, sem custos adicionais.
- 3.11 Deverá estar incluso nos custos da hora de voo e todas as taxas ANAC, inclusive para check do piloto.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP – POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO COMANDO DE AVIAÇÃO OPERACIONAL – CAOP/CGAP/DIREX/PF

4 Curso teórico de Piloto Comercial de Avião – PCA/IFR (EAD)

- 4.1 O curso teórico deverá ser na plataforma de Ensino a Distância (EAD) desde que homologado pela ANAC, com carga horária de **no mínimo 320 (trezentos e vinte)** horas/aula, incluso o fornecimento do material didático necessário – computador de voo incluso, relativo às disciplinas a serem ministradas, em conformidade com o RBAC nº 61 (ANAC), RBAC 141, com a Grade Curricular e com o Plano de Matérias do Manual de Curso de Piloto Comercial de Avião;
- 4.2 Piloto Comercial – Avião: preparação e atividade; Matemática; Física; Segurança de voo; Inglês Técnico; A Aviação Civil; Segurança da Aviação Civil contra Atos de Interferência Ilícita; Regulamentação da Aviação Civil; Regulamentação da Profissão de Aeronauta; Instrução Aeromédica; Conhecimentos Técnicos de Aeronaves; Meteorologia; Teoria de Voo; Regulamentos de Tráfego Aéreo; e Navegação Aérea.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP – POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO COMANDO DE AVIAÇÃO OPERACIONAL – CAOP/CGAP/DIREX/PF

ANEXO XIV

Curso de Conhecimento Gerais RBAC 90: Currículo Geral, PBN, RVSM. Operações Aéreas acima do FL250.

1 Do Objeto:

Ação de Capacitação	Unidade	Quantidade
Conhecimentos Gerais- RBAC 90, item 90.179 (24 meses) a) Currículo Geral	Curso	Definida em Termo de Referência
Conhecimentos Gerais- RBAC 90, item 90.179 (24 meses) b) Treinamento PBN	Curso	Definida em Termo de Referência
Conhecimentos Gerais- RBAC 90, item 90.179 (24 meses) c) Treinamento RVSM	Curso	Definida em Termo de Referência
Conhecimento para Operações Aéreas acima do FL250 ou com velocidades superiores ao número de Mach0.75 (36 meses)	Curso	Definida em Termo de Referência

**Termo de Referência poderá trazer detalhes ou inclusões/variações de itens quanto à ação de capacitação bem como em suas respectivas quantidades, mantendo-se o mesmo objeto.*

2 Especificação

2.1 Contratação de Treinamento Conhecimentos Gerais- RBAC 90, item 90.179, contendo os treinamentos:

2.1.1 Currículo Geral

2.1.2 Treinamento PBN

2.1.3 Treinamento RVSM

2.1.4 Conhecimento para Operações Aéreas acima do FL250 ou com velocidades superiores ao número de Mach0.75

2.2 Segue o conteúdo mínimo que deverá constar na grade curricular do treinamento:

*Aeroporto Internacional de Brasília - Setor de Hangares – LT13/14 – Lago Sul – Brasília-DF,
70037-900 – (61) 2024-9540*



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP – POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO COMANDO DE AVIAÇÃO OPERACIONAL – CAOP/CGAP/DIREX/PF

2. Conhecimentos Gerais – 12:00 horas;

2.1. Currículo Geral – 04:00 horas;

CURRÍCULO GERAL		04:00 HORAS
Descrição Detalhada	A. Procedimentos para se evitar e para realizar recuperação de IIMC B. Estudo das ocorrências aeronáuticas pertinentes às operações do CAOP; C. Notas de segurança, revisões temporárias dos manuais ou correspondente, expedidos pelo fabricante da aeronave, autoridade de aviação civil ou órgão de investigação de ocorrências aeronáuticas; D. Procedimentos para recuperação de atitudes anormais e para evitar a perda de controle em voo; E. Conceitos teóricos de emergências gerais para realização do exercício prático; F. Procedimentos para operação em tempestades, ar turbulento, gelo, granizo, nevoeiro, poeira, fumaça, vento forte, maresia, windshear e outras condições meteorológicas de risco, conforme aplicável; G. Critérios para sobrevoos em áreas de preservação ambiental, unidades de conservação ou similares, bem como os procedimentos para atenuação de ruídos; H. Critérios especiais estabelecidos pelo órgão de controle de tráfego aéreo e fraseologia; I. Regulamentos de aviação civil, normas do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA) e acordos operacionais; J. Navegação e o uso de facilidades para auxílio à navegação, incluindo procedimentos de aproximação por instrumentos; K. Princípios básicos da automação (conceito, uso, confiabilidade, nível de automação, gerenciamento da automação, fatores operacionais e humanos que afetam o uso correto da automação, etc.); L. <i>Runway excursion e incursion</i> ; e M. Procedimentos para aproximação estabilizada.	
TESTE DE CONHECIMENTOS		não avaliativa

155

POLÍCIA FEDERAL - CAOP
PROGRAMA DE TREINAMENTO – PILOTOS ASA FIXA

REVISÃO 01
DATA 02/08/2020

2.2. Treinamento PBN – 04:00 horas;

TREINAMENTO PBN – PERFORMANCE BASED NAVIGATION A. GNSS - Global Navigation Satellite System B. Capacidades e limitações do sistema GNSS C. Capacidades e limitações - PBN D. Utilização dos espaços aéreos com aplicação PBN E. Procedimentos de operação dos equipamentos PBN F. Procedimentos de contingência PBN	04:00 horas
TESTE DE CONHECIMENTOS	não avaliativa

2.3. Treinamento RVSM – 04:00 horas;

TREINAMENTO RVSM – Redução da Separação Vertical Mínima A. Introdução B. Planejamento de voo RVSM C. Procedimento de pré-voo de aeronave em cada voo D. Procedimento antes da entrada em espaço aéreo RVSM E. Procedimentos em voo no espaço aéreo RVSM F. Procedimentos de contingência após entrar em espaço aéreo RVSM G. Procedimento de pós-voo de aeronave H. Atuação com os órgãos de Controle de Tráfego Aéreo I. Equipamentos e limitações	04:00 horas
TESTE DE CONHECIMENTOS	não avaliativa

ul – Brasília-DF,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP – POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO COMANDO DE AVIAÇÃO OPERACIONAL – CAOP/CGAP/DIREX/PF

- 2.3 d) Conhecimento para Operações Aéreas acima do FL250 ou com velocidades superiores ao número de Mach 0.75

5. Conhecimento para operações aéreas acima do FL250 ou com velocidades superiores ao número de Mach 0.75 – 02:00 horas;

CONHECIMENTO PARA OPERAÇÕES AÉREAS ACIMA DO FL250 OU COM VELOCIDADES SUPERIORES AO NÚMERO MACH 0,75		02:00 HORAS
Descrição Detalhada	A. Características do voo em grandes altitudes; B. as condições meteorológicas: - atmosfera; - expansão dos gases; - ventos e windshear; - turbulência de ar claro (clear air turbulence); - nuvens e tempestades; e formação de gelo; C. Planejamento de voo e navegação: - planejamento, cartas de navegação e meteorológicas; e - auxílios à navegação; D. Características fisiológicas: - respiração; - problemas respiratórios; - hipóxia; - duração da consciência, em altitude, sem oxigênio suplementar; - formação de bolhas gasosas no sangue; - os incidentes de descompressão e o fenômeno físico; e - câmara hipobárica, conforme aplicável; E. Sistemas e componentes da aeronave: - equipamento e sistema de oxigênio; - sistema de pressurização; - componente de grandes altitudes; e – <i>turbochargers</i> . F. Fatores de desempenho e aerodinâmico: - densidade do ar; e - TAS; G. Emergências: - descompressão; - falha ou mau funcionamento do sistema de pressurização; - formação de bolhas de vapor nas linhas de combustível – “vapor lock”; - fogo em voo; e - voo dentro de tempestades ou turbulência severas.	
TESTE DE CONHECIMENTOS		não avaliativa

- 2.4 Para atender às exigências da Coordenação do Comando de Aviação da Polícia Federal (CAOP), todos os treinamentos devem ser oferecidos na modalidade de Ensino a Distância (EAD) e devem ser aprovados pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC). Esses treinamentos devem estar em conformidade com o Regulamento Brasileiro de Aviação Civil (RBAC) 90, que trata dos requisitos para a aviação pública, e outras legislações correlatas.
- 2.5 Além disso, os treinamentos devem estar alinhados com o Programa de Treinamento Operacional da CAOP (PTO). Todas essas medidas visam garantir que os tripulantes da Polícia Federal estejam devidamente preparados e em conformidade com os padrões de segurança e regulamentos necessários para cumprir com excelência suas funções.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP – POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO COMANDO DE AVIAÇÃO OPERACIONAL – CAOP/CGAP/DIREX/PF

3 Requisitos técnicos e legais

- 3.1 A empresa contratada deverá:
- 3.2 Possuir acreditação junto à Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC para ministrar a ação demandada.
- 3.3 Atender aos dispositivos constantes no RBAC 90 e suas atualizações, naquilo que couber às instruções aqui definidas.
- 3.4 Atender aos dispositivos constantes no RBAC 141, Subparte C, naquilo que couber às instruções aqui definidas.
- 3.5 Apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.
- 3.6 Estar com o curso homologado e instrutores credenciados junto à ANAC;
- 3.7 Emitir Certificados reconhecidos pela ANAC.

4 Conteúdo relacionado à execução do treinamento

- 4.1 A contratada deverá emitir certificado de participação, tanto para treinamento inicial quanto recorrente;
- 4.2 Contratação de Treinamento Conhecimentos Gerais- RBAC 90, item 90.179, contendo os treinamentos:
 - 4.2.1 Currículo Geral (mínimo de 4h)
 - 4.2.2 Treinamento PBN (mínimo de 4h)
 - 4.2.3 Treinamento RVSM (mínimo de 4h)
- 4.3 Conhecimento para Operações Aéreas acima do FL250 ou com velocidades superiores ao número de Mach0.75 (mínimo de 4h)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP – POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO COMANDO DE AVIAÇÃO OPERACIONAL – CAOP/CGAP/DIREX/PF

- 4.3.1 A abertura de turmas deverão ter no mínimo de 10 alunos para efeitos de pagamento e controle, salvo entendimento contrário por parte da Unidade.
- 4.3.2 Deverá ser ofertado na modalidade EAD, aprovado e disponibilizado pelo período de validade do contrato.
- 4.3.3 As vagas serão distribuídas observando a necessidade da unidade e da disponibilidade dos servidores, poderão ser realocadas à critério da Coordenação de Aviação Operacional.
- 4.3.4 As datas dos treinamentos serão acordadas previamente entre as partes, tendo a empresa contratada um prazo máximo de 12 (doze) meses, a partir da assinatura do contrato, para a realização de todos os treinamentos.
- 4.3.5 Os servidores serão matriculados nas turmas a depender da disponibilidade.
- 4.3.6 O treinamento deverá atender à matriz curricular exigida pela legislação vigente e em consonância com o RBAC 90.

5 MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

- 5.1 Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário, e todos aqueles materiais didáticos inerentes à correta interação do aluno com a aula, tais como:
 - a) Disponibilização de plataforma de ensino para execução das aulas;
 - b) Apostilas, se for o caso;
 - c) Logins, senhas e suportes técnicos;
 - d) Materiais de apoio à instrução;
 - e) Emissão de Certificados;
- 5.2 O pagamento deverá ser realizado parcialmente ao final de cada turma.